ITR
Informações Trimestrais

Companhia: NEOENERGIA S.A
Data Entrega:
Tipo Apresentação: Apresentação
Versão: 1

Powered by MZiQ

Índice

Dados Cadastrais

Dados Gerais

Endereço

Valores Mobiliários

Auditor

Escriturador de ações

DRI ou pessoa equiparada

Departamento de Acionistas

Dados da Empresa

Composição do Capital

Proventos em Dinheiro

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demostração do fluxo de Caixa

Demostração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demostração do fluxo de Caixa

Demostração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

Anexos

Relatório da Administração /Comentário do Desempenho

Notas Explicativas

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial %R%

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DADOS GERAIS	
Nome Empresarial:	NEOENERGIA S.A
Nome Empresarial Anterior:	GUARANIANA S.A.
CNPJ:	01.083.200/0001-18
Código CVM:	01553-9
Data de Reg. na CVM:	08/05/1996
Data de Início da Situação do Registro na CVM:	08/05/1996
País em que os Val. Mobiliários estão Custodiados:	Brasil
Última Alteração do Nome Empresarial:	13/10/2004
Situação do Registro na CVM:	Ativo
Data De Constituição:	14/02/1996
País de Origem:	Brasil
Página do Emissor na Rede Mundial de Computadores:	www.neoenergia.com

TIPO DE REGISTRO	
Tipo de Participante:	Companhia Aberta
Categoria de Registro na CVM:	Categoria A
Situação Do Emissor:	Fase Operacional
Espécie de Controle Acionário:	Privado
Data Última Alteração do Exercício Social:	
Data de Registro na Atual Categoria:	01/01/2010
Data de Início da Situação:	31/03/2001
Data da Última Alteração do controle acionário:	
Encerramento do Exercício Social:	Dia: 31 Mês: 12

SETOR	
Setor de Atividade:	Emp. Adm. Part. - Energia Elétrica
Descrição da Atividade:	Participação em outras sociedades

CANAIS DE DIVULGAÇÃO	
Nome do Canal	UF do canal
Valor Econômico	RJ
Valor Econômico	RJ

Powered by MZiQ

ENDEREÇO DA SEDE			
Logradouro:	Praia do Flamengo, 78	Complemento:	4º andar
Bairro:	Flamengo	CEP:	22210-030
País:	Brasil	UF:	RJ
Município:	Rio de Janeiro		
DDD:	21	Telefone:	3235-9800
DDD:	21	FAX:	3235-9876
Email:	ri@neoenergia.com		

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA			
Logradouro:	Praia do Flamengo, 78	Complemento:	4º andar
Bairro:	Flamengo	CEP:	22210-030
País:	Brasil	UF:	RJ
Município:	Rio de Janeiro		
DDD:	21	Telefone:	3235-9800
DDD:	21	FAX:	3235-9876
Email:	ri@neoenergia.com		

VALORES MOBILIÁRIOS			
Mercado	Entidade Administradora	Início Relac.	Fim Relac.
Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	23/01/2001	
Segmento		Início Neg.	Fim Neg.
Tradicional		17/12/2001	

AUDITOR

Nome / Razão Social Auditor:
Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S

CPF / CNPJ:	61.366.936/0001-25	Código CVM:	00471-5	Tipo:	Juridica

Responsável Técnico			
Início contratação serviço:	10/02/2011	Fim contratação serviço:	
Nome:	Paulo José Machado	CPF/CNPJ:	014.319.648-08
Início:	10/02/2011	Fim:	

ESCRITURADOR DE AÇÕES			
UF	Município	Telefone	
RJ	Rio de Janeiro	(21) 3808-3715	
Nome:	Banco do Brasil S.A	CNPJ:	00.000.000/0001-91
Data Inicial:	23/11/2001	Data final:	
Rio de Janeiro			
Logradouro:	Rua Lélio Gama, 105		
Complemento:	26º andar	Bairro:	Centro
Município:	Rio de Janeiro	UF:	RJ
País:	Brasil	CEP:	20031-080
DDD:	21	Telefone:	3808-3715
DDD:	21	Fax:	3808-3466
Email:	cqualificada@bb.com.br		

DRI OU PESSOA EQUIPARADA

Nome	Tipo
ERIK DA COSTA BREYER	Diretor de Relações com Investidores

Nome:	ERIK DA COSTA BREYER	CPF/CNPJ:	955.093.217-68
Data Inicial:	29/04/2004	Data final:	

Endereço para Correspondência

Logradouro:	Praia do Flamengo, 78		
Complemento:	4º andar	Bairro:	Flamengo
Município:	Rio de Janeiro	UF:	RJ
País:	Brasil	CEP:	22210-030
DDD:	21	Telefone:	3235-9824
DDD:	21	Fax:	3235-9876
Email:	ebreyer@neoenergia.com		

DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS

Contato	Data Inicial	Data Final
Vanessa Vollet Azevedo	01/05/2010	

Rio de Janeiro

Logradouro:	Praia do Flamengo, 78		
Complemento:	2º andar	Bairro:	Flamengo
Município:	Rio de Janeiro	UF:	RJ
País:	Brasil	CEP:	22210-030
DDD:	21	Telefone:	3235-9825
DDD:	21	Fax:	3235-9876
Email:	ri@neoenergia.com		

DADOS DA EMPRESA / COMPOSIÇÃO DO CAPITAL	
Número de Ações (Unidade)	31/03/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	5.850.636
Preferenciais	0
Total	5.850.636
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DADOS DA EMPRESA / PROVENTOS EM DINHEIRO

Provento			
Juros sobre Capital Próprio			
Evento:	Reunião do Conselho de Administração	Aprovação:	30/03/2012
Início Pagamento:	16/05/2012	Espécie de Ação:	Ordinária
Classe de Ação:		Provento por Ação (Reais / Ação):	0.01350

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)			
Conta	Descrição	31/03/2012	31/12/2011
1	Ativo Total	1.155.164	1.129.037
1.01	Ativo Circulante	3.156.957	3.321.139
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.410.035	3.150.422
1.01.02	Aplicações Financeiras	649.641	59.523
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	649.641	59.523
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação		
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	649.641	59.523
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado		
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento		
1.01.03	Contas a Receber	62	62
1.01.03.01	Clientes		
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	62	62
1.01.04	Estoques		
1.01.05	Ativos Biológicos		
1.01.06	Tributos a Recuperar	87.089	101.025
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	87.089	101.025
1.01.07	Despesas Antecipadas		
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10.130	10.107
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda		
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas		
1.01.08.03	Outros	10.130	10.107
1.02	Ativo Não Circulante	8.394.683	7.969.233
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	250.172	327.081
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo		
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação		
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda		
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado		
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento		

1.02.01.03	Contas a Receber		
1.02.01.03.01	Clientes		
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber		
1.02.01.04	Estoques		
1.02.01.05	Ativos Biológicos		
1.02.01.06	Tributos Diferidos	29.660	29.164
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	29.660	29.164
1.02.01.07	Despesas Antecipadas		
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	18.535	54.970
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas		
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	18.535	54.970
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores		
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas		
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	201.977	242.947
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda		
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas		
1.02.02	Investimentos	8.059.903	7.558.785
1.02.02.01	Participações Societárias	8.059.903	7.558.785
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas		
1.02.02.01.02	Participações em Controladas		7.174.051
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto		384.734
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias		
1.02.02.02	Propriedades para Investimento		
1.02.03	Imobilizado	26.960	27.268
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	26.877	27.185
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado		
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	83	83
1.02.04	Intangível	57.648	56.099
1.02.04.01	Intangíveis	57.648	56.099
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão		

1.02.05	Diferido		
1.01.08.03.01	Dividendos a receber		
1.01.08.03.02	Juros sobre capital próprio a receber		
1.01.08.03.03	Outros créditos	10.130	10.107
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	97.207	95.764
1.02.01.09.04	Outros créditos	15.120	15.135

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)			
Conta	Descrição	31/03/2012	31/12/2011
2	Passivo Total	1.155.164	1.129.037
2.01	Passivo Circulante	187.418	241.525
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	390	216
2.01.01.01	Obrigações Sociais		
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	390	216
2.01.01.02.01	Salários e encargos a pagar	390	216
2.01.02	Fornecedores	1.906	2.422
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.906	2.422
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros		
2.01.03	Obrigações Fiscais	93.728	103.200
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	93.728	103.200
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	93.728	103.200
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais		
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais		
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.008	762
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.008	762
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.008	762
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira		
2.01.04.02	Debêntures		
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro		
2.01.05	Outras Obrigações	90.373	134.925
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	17.425	1.010
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas		
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	17.425	1.010
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores		
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas		
2.01.05.02	Outros	72.948	133.915
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	72.944	133.910

2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar		
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações		
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	4	5
2.01.06	Provisões	13	
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais		
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados		
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis		
2.01.06.02	Outras Provisões		
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias		
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação		
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação		
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados		
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda		
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
2.02	Passivo Não Circulante	6.289	6.521
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.664	5.911
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	5.664	5.911
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	5.664	5.911
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira		
2.02.01.02	Debêntures		
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro		
2.02.02	Outras Obrigações	23	23
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	23	23
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas		
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas		
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores		
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas		
2.02.02.02	Outros		

2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações		
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar		
2.02.03	Tributos Diferidos		
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		
2.02.04	Provisões	602	587
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	602	587
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais		
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		576
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados		
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis		11
2.02.04.02	Outras Provisões		
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias		
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação		
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação		
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados		
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda		
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar		
2.02.06.01	Lucros a Apropriar		
2.02.06.02	Receitas a Apropriar		
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar		
2.03	Patrimônio Líquido	1.135.793	1.104.232
2.03.01	Capital Social Realizado	4.739.025	4.739.025
2.03.02	Reservas de Capital	2.288	2.288
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações		
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação		
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição		
2.03.02.04	Opções Outorgadas		
2.03.02.05	Ações em Tesouraria		

2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		
2.03.03	Reservas de Reavaliação		
2.03.04	Reservas de Lucros	6.239.613	6.239.613
2.03.04.01	Reserva Legal	493.683	493.683
2.03.04.02	Reserva Estatutária		
2.03.04.03	Reserva para Contingências		
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar		
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	5.551.907	5.551.907
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos		
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais		
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	194.023	194.023
2.03.04.09	Ações em Tesouraria		
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	310.712	
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial		
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão		
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	66.295	61.400
2.03.08.01	Ganho sobre ativo disponivel para venda	66.295	61.400

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)					
Conta	Descrição	01/01/2012 à 31/03/2012	01/01/2012 à 31/03/2012	01/01/2011 à 31/03/2011	01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços		738		960
3.01.01	Receita bruta		813		960
3.01.06	(-) Deduções da Receita bruta		-75		
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos				
3.03	Resultado Bruto		738		960
3.04	Despesas/Receitas Operacionais		311.964		287.057
3.04.01	Despesas com Vendas				
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas		-3.851		-4.164
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos				
3.04.04	Outras Receitas Operacionais				
3.04.05	Outras Despesas Operacionais				
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial		315.815		291.221
3.04.06.01	Equivalência Patrimônial		340.973		317.029
3.04.06.02	Amortização de Ágio		-25.158		-25.808
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos		312.702		288.017
3.06	Resultado Financeiro		76.499		72.882
3.06.01	Receitas Financeiras		78.273		80.865
3.06.02	Despesas Financeiras		-1.774		-7.983
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro		389.201		360.899
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro		496		-619
3.08.01	Corrente				-1.096
3.08.02	Diferido		496		477
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas		389.697		360.280
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas				
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas				
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas				
3.11	Lucro/Prejuízo do Período		389.697		360.280

Powered by MZiQ

3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON		0		0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL) - (Método Indireto)					
Conta	Descrição	01/01/2012 à 31/03/2012	01/01/2012 à 31/03/2012	01/01/2011 à 31/03/2011	01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido do Período		389.697		360.280
4.02	Outros Resultados Abrangentes		4.895		7.466
4.02.01	Ganhos sobre ativos financeiros disponíveis para venda		7.422		11.312
4.02.02	Tributos s/ ganhos de ativos financeiros disponíveis para venda		-2.527		-3.846
4.03	Resultado Abrangente do Período		394.592		367.746

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (REAIS MIL) - (Método Indireto)			
Conta	Descrição	01/01/2012 à 31/03/2012	01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	138.852	292.144
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	74.343	70.243
6.01.01.01	Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	389.201	360.899
6.01.01.02	Depreciação e amortização	795	493
6.01.01.03	Equivalência patrimônial	-340.973	-317.029
6.01.01.04	Provisão para perdas no investimento		
6.01.01.05	Amostização de ágio , líquida	25.158	25.808
6.01.01.06	Juros e variações monetárias líquidas	134	72
6.01.01.07	Outras receitas e despesas financeiras líquidas		
6.01.01.08	Valor residual do ativo intágivel baixado		
6.01.01.09	Provisão (Reversão para contigênciais cíveis e trabalhistas)	28	
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	64.509	221.901
6.01.02.01	Recebimento de dividendos e juros s/ capital próprio	42.369	56.235
6.01.02.03	Fundos vinculados		
6.01.02.05	Impostos e contribuições a recuperar	13.936	4.001
6.01.02.07	Depósitos judiciais	-1.443	-1.401
6.01.02.08	Coligadas, Controladas (Ativo)	20.470	-1.801
6.01.02.09	Outros Ativos	-8	27
6.01.02.10	Fornecedores	-516	-1.111
6.01.02.11	Salários e encargos a pagar	174	11
6.01.02.13	Impostos e contribuições a recolher	-9.472	4.392
6.01.02.16	Coligadas, controladas e controladoras	-1.000	162.267
6.01.02.17	Outros passivos	-1	-402
6.01.02.18	Contas a receber de clientes		-317
6.01.02.19	Encargos de dívida e swap		
6.01.03	Outros		
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-739.153	-192.980

6.02.01	Integralização de capital	-146.999	-25.292
6.02.02	Aquisição de imobilizado		
6.02.03	Aquisição de intangível	-2.036	-1.417
6.02.04	Aquisição de investimento		-162.264
6.02.05	Títulos e valores mobiliários	-590.118	-4.007
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-140.086	-113.515
6.03.02	Captação de empréstimos e financiamentos		
6.03.03	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	-135	-50
6.03.04	Pagamento de dividendos e juros s/ capital próprio	-139.951	-113.465
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes		
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-740.387	-14.351
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.150.422	2.799.730
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.410.035	2.785.379

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2012 à 30/03/2012

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	6.239.613	0	61.400	1.104.232
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores						
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	6.239.613	0	61.400	1.104.232
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-78.985	0	-78.985
5.04.01	Aumentos de Capital						
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações						
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas						
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas						
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas						
5.04.06	Dividendos						
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-78.985	0	-78.985
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	389.697	4.895	394.592
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	389.697	0	389.697
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	4.895	4.895
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros						

5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	4.895	4.895
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período						
5.05.03	Reclassificações para o Resultado						
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido						
5.06.01	Constituição de Reservas						
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação						
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação						
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	6.239.613	310.712	66.295	1.135.793

01/01/2011 à 30/03/2011

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	5.645.390	0	21.146	1.040.784
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores						
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	5.645.390	0	21.146	1.040.784
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-136.000	0	-136.000
5.04.01	Aumentos de Capital						
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações						
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas						

5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas						
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas						
5.04.06	Dividendos						
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-136.000	0	-136.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	360.280	7.466	367.746
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	360.280	0	360.280
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	7.466	7.466
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros						
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	7.466	0
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período						
5.05.03	Reclassificações para o Resultado						
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido						
5.06.01	Constituição de Reservas						
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação						
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação						
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	5.645.390	224.280	28.612	1.063.959

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2012 à 31/03/2012	01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	813	960
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	813	960
7.01.02	Outras Receitas		
7.01.02.01	Resultado alienação/desativação bens e direitos		
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios		
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa		
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.829	-2.646
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos		
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.829	-2.646
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos		
7.02.04	Outros		
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.016	-1.686
7.04	Retenções	-25.953	-26.301
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-25.953	-26.301
7.04.02	Outras		
7.04.02.01	Perdas e recuperações de valores ativos		
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-26.969	-27.987
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	419.246	397.894
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	340.973	317.029
7.06.02	Receitas Financeiras	78.273	80.865
7.06.03	Outros		
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	392.277	369.907
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	392.277	369.907
7.08.01	Pessoal	1.013	748
7.08.01.01	Remuneração Direta	793	450
7.08.01.02	Benefícios	122	78
7.08.01.03	F.G.T.S.	4	111

7.08.01.04	Outros	94	109
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-219	894
7.08.02.01	Federais	-240	805
7.08.02.02	Estaduais		
7.08.02.03	Municipais	21	89
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.786	7.985
7.08.03.01	Juros	1.774	7.983
7.08.03.02	Aluguéis	12	2
7.08.03.03	Outras		
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	389.697	360.280
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	78.985	136.000
7.08.04.02	Dividendos		
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	310.712	224.280
7.08.05	Outros		

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)			
Conta	Descrição	31/03/2012	31/12/2011
1	Ativo Total	2.187.974	2.158.273
1.01	Ativo Circulante	7.390.608	7.308.509
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.257.810	4.074.308
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.198.934	338.207
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.198.934	338.207
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação		
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	1.198.934	338.207
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado		
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento		
1.01.03	Contas a Receber	1.974.047	2.068.403
1.01.03.01	Clientes	1.974.047	2.068.403
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes e outros	1.974.047	2.068.403
1.01.03.02	Outras Contas a Receber		
1.01.04	Estoques	22.849	22.927
1.01.05	Ativos Biológicos		
1.01.06	Tributos a Recuperar	397.992	367.874
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	397.992	367.874
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições a recuperar	397.992	367.874
1.01.07	Despesas Antecipadas	37.246	24.675
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	501.730	412.115
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda		
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas		
1.01.08.03	Outros	501.730	412.115
1.01.08.03.01	Fundos vinculados		
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	165.046	102.413
1.02	Ativo Não Circulante	1.448.913	1.427.422
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.034.579	3.469.814
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	110.905	139.137

1.02.01.01.01	Títulos para Negociação		
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	110.905	139.137
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado		
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento		
1.02.01.03	Contas a Receber	842.192	907.912
1.02.01.03.01	Clientes	842.192	907.912
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber		
1.02.01.04	Estoques		
1.02.01.05	Ativos Biológicos		
1.02.01.06	Tributos Diferidos	166.039	161.101
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	166.039	161.101
1.02.01.07	Despesas Antecipadas		
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	625	42.511
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas		
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores		
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas		
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.914.818	2.219.153
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda		
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas		
1.02.01.09.03	Ativo indenizável (concessão)		
1.02.01.09.04	Impostos e contribuições a recuperar	92.911	89.227
1.02.01.09.05	Coligadas e controladora		
1.02.01.09.06	Beneficio fiscal - ágio incorporado da controladora	533.956	546.207
1.02.01.09.07	Depósitos judiciais	312.374	299.761
1.02.01.09.08	Despesas pagas antecipadamente		
1.02.01.09.09	Superávit atuarial		
1.02.01.09.10	Dividendos a receber		
1.02.02	Investimentos	188.608	163.873
1.02.02.01	Participações Societárias	162.717	136.081
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	162.717	136.081

1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias		
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	25.891	27.792
1.02.02.02.01	Outros investimentos	25.891	27.792
1.02.03	Imobilizado	3.843.005	3.752.398
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.346.204	3.378.317
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado		
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	496.801	374.081
1.02.04	Intangível	6.422.942	6.888.136
1.02.04.01	Intangíveis	6.422.942	6.888.136
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão		
1.02.04.02	Goodwill		
1.02.01.09.05	Dividendos a receber	67.357	67.386
1.02.01.09.06	Juros sobre capital próprio	22.293	64.662
1.01.08.03.03	Entidade de previdência privada	9.323	6.555
1.01.08.03.04	Serviços em curso	295.869	271.598
1.01.08.03.05	Concessão de Serviço público (Ativo financeiro)	31.492	31.549
1.02.01.09.11	Fundos vinculados	75.254	75.075
1.02.01.09.12	Outros ativos não circulantes	25.651	25.744
1.02.01.09.13	Juros sobre capital próprio a receber		
1.02.01.09.14	Entidade de previdência privada	32.408	37.596
1.02.01.09.15	Concessão do serviço público (Ativo financeiro)	1.842.264	1.145.543

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)			
Conta	Descrição	31/03/2012	31/12/2011
2	Passivo Total	2.187.974	2.158.273
2.01	Passivo Circulante	3.468.657	3.321.906
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	79.277	65.439
2.01.01.01	Obrigações Sociais		
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	79.277	65.439
2.01.02	Fornecedores	774.739	808.887
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	774.739	808.887
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros		
2.01.03	Obrigações Fiscais	486.793	428.419
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	486.793	428.419
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar		
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais		
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais		
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.429.792	1.245.604
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	890.023	812.079
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional		
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira		
2.01.04.02	Debêntures	539.769	433.525
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro		
2.01.05	Outras Obrigações	645.382	727.317
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	13.717	3.276
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas		
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores		
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas		
2.01.05.02	Outros	631.665	724.041
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	88.540	157.868
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar		
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações		

2.01.05.02.04	Outros passivos circulantes	190.708	256.917
2.01.05.02.05	Obrigações de beneficios definidos pós-emprego	14.044	15.233
2.01.05.02.06	Taxas regulamentares	334.524	289.856
2.01.06	Provisões	52.674	46.240
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais		
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados		
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis		
2.01.06.02	Outras Provisões		
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias		
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação		
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação		
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados		
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda		
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
2.02	Passivo Não Circulante	6.041.310	6.277.840
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.286.031	5.514.414
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.260.148	4.315.250
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional		
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira		
2.02.01.02	Debêntures	1.025.883	1.199.164
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro		
2.02.02	Outras Obrigações	541.414	558.710
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas		
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas		
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores		
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas		
2.02.02.02	Outros	541.414	558.710
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações		

2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		
2.02.02.02.03	Fornecedores	62.270	61.159
2.02.02.02.04	Taxas regulamentares	77.990	102.654
2.02.02.02.05	Impostos e contribuições a recolher	8.963	10.458
2.02.02.02.06	Obrigações de benefícios pós-emprego	279.977	281.188
2.02.02.02.07	Coligadas, controladas e controladoras		
2.02.02.02.08	Recursos destinados a aumento de capital		
2.02.02.02.09	Outros passivos não circulante	44.545	37.062
2.02.03	Tributos Diferidos	27.263	18.217
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	27.263	18.217
2.02.04	Provisões	186.602	186.499
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais		
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados		
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis		
2.02.04.02	Outras Provisões		
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias		
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação		
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação		
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados		
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda		
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar		
2.02.06.01	Lucros a Apropriar		
2.02.06.02	Receitas a Apropriar		
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar		
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.236.977	1.198.298
2.03.01	Capital Social Realizado	4.739.025	4.739.025
2.03.02	Reservas de Capital	2.288	2.288

2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações		
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação		
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição		
2.03.02.04	Opções Outorgadas		
2.03.02.05	Ações em Tesouraria		
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		
2.03.03	Reservas de Reavaliação		
2.03.04	Reservas de Lucros	6.239.613	6.239.613
2.03.04.01	Reserva Legal	493.683	493.683
2.03.04.02	Reserva Estatutária		
2.03.04.03	Reserva para Contingências		
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar		
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	5.551.907	5.551.907
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos		
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais		
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	194.023	194.023
2.03.04.09	Ações em Tesouraria		
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	310.712	
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial		
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão		
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	66.295	61.400
2.03.08.01	Ganho/perda sobre ativo disponivel para venda	66.295	61.400
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.011.842	940.658
2.01.05.02.07	Concessão do serviço público (Uso do bem Público)	3.849	4.167
2.02.02.02.10	Concessão de serviço público(Uso do bem público)	67.669	66.189

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)					
Conta	Descrição	01/01/2012 à 31/03/2012	01/01/2012 à 31/03/2012	01/01/2011 à 31/03/2011	01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços		2.629.545		2.181.832
3.01.01	Receita bruta		3.784.143		3.177.812
3.01.02	(-) Dedução da receita bruta		-1.154.598		-995.980
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos		-1.722.287		-1.443.735
3.03	Resultado Bruto		907.258		738.097
3.04	Despesas/Receitas Operacionais		-331.605		-250.619
3.04.01	Despesas com Vendas		-181.922		-102.790
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas		-122.039		-122.021
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos				
3.04.04	Outras Receitas Operacionais				
3.04.05	Outras Despesas Operacionais		-25.158		-25.808
3.04.05.01	Amortização de Ágio		-25.158		-25.808
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial		-2.486		
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos		575.653		487.478
3.06	Resultado Financeiro		-27.738		-20.336
3.06.01	Receitas Financeiras		237.798		201.894
3.06.02	Despesas Financeiras		-265.536		-222.230
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro		547.915		467.142
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro		-87.823		-59.378
3.08.01	Corrente		-86.630		-76.474
3.08.02	Diferido		-1.193		17.096
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas		460.092		407.764
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas				
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas				
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas				
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período		460.092		407.764
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora		389.697		360.280

3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores		70.395		47.484
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON		0		0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2012 à 31/03/2012	01/01/2012 à 31/03/2012	01/01/2011 à 31/03/2011	01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período		460.092		407.764
4.02	Outros Resultados Abrangentes		5.684		8.627
4.02.01	Ganhos sobre ativos financeiros disponíveis para venda		8.597		13.071
4.02.02	Tributos s/ ganhos de ativos financeiros disponíveis para venda		-2.913		-4.444
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período		465.776		416.391
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora		394.592		367.746
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores		71.184		48.645

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (REAIS MIL) - (Método Indireto)			
Conta	Descrição	01/01/2012 à 31/03/2012	01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	761.065	756.450
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.032.066	797.102
6.01.01.01	Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	547.915	467.142
6.01.01.02	Depreciação e amortização	132.341	129.241
6.01.01.04	Amortização de ágio, líquida	25.158	25.808
6.01.01.05	Juros e variações monetárias líquidas	156.233	124.543
6.01.01.07	Outras receitas e despesas financeiras líquidas	-6.748	13.090
6.01.01.08	Valor residual do ativo intangível baixado	2.619	6.741
6.01.01.10	Provisão para plano de benefício pós emprego		
6.01.01.11	Provisão (reversão) para contigências cíveis, fiscais e trabalhistas	9.853	9.616
6.01.01.12	Outras provisões	-623	
6.01.01.13	Provisões para créditos de liquidação duvidosa	162.832	20.921
6.01.01.15	Equivalência patrimônial	2.486	
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-134.953	-167.150
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	7.128	7.462
6.01.02.04	Fundos vinculados	-179	2.352
6.01.02.06	Impostos e contribuições a recuperar	-30.816	-27.534
6.01.02.07	Estoques	78	-2.244
6.01.02.10	Depósitos judiciais	-10.744	-11.615
6.01.02.12	Despesas pagas antecipadamente	-12.603	-4.691
6.01.02.13	Fornecedores	-33.065	-48.142
6.01.02.14	Salários e encargos a pagar	13.689	23.960
6.01.02.15	Encargos de dívida e swap	-72.873	-74.979
6.01.02.17	Taxas regulamentares	19.041	12.989
6.01.02.18	Entidade de previdência privada	2.420	
6.01.02.19	Impostos e contribuições a recolher	-17.029	-44.708
6.01.03	Outros	-136.048	126.498

6.01.03.01	Outros ativos	-100.619	-892
6.01.03.04	Outros passivos	-57.686	11.091
6.01.03.05	Entidade de previdência privada	-6.622	-6.471
6.01.03.06	Coligadas e controladas (Ativo)	38.567	
6.01.03.07	Concessão serviço público (Ativo Financeiro)		-394
6.01.03.09	Coligadas e Controladas (Passivo)	1.735	130.371
6.01.03.10	Indenizações/Contigênciais pagas	-11.423	-7.207
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.360.324	-545.026
6.02.01	Integralização de capital	-30.000	-25.292
6.02.02	Aquisição de investimento	1.564	-139.577
6.02.03	Alienação de bens do ativo permanente		
6.02.04	Aquisição de imobilizado	-112.843	-64.060
6.02.05	Concessão serviço público (Ativo Financeiro)	-85	
6.02.06	Aquisição intangível	-390.224	-313.697
6.02.07	Títulos e valores mobiliários	-828.736	-2.400
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-217.239	-48.602
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	138.954	287.541
6.03.02	Captação de debêntures		
6.03.03	Amortização de principal de empréstimo e financiamento	-155.975	-148.207
6.03.04	Amortização de principal de debêntures	-99.011	-83.116
6.03.05	Obrigações vinculadas	47.166	15.245
6.03.06	Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	-148.373	-120.065
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes		
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-816.498	162.822
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.074.308	3.391.601
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.257.810	3.554.423

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2012 à 30/03/2012

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	6.239.613	0	61.400	1.104.232	0	1.104.232
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores								
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	6.239.613	0	61.400	1.104.232	0	1.104.232
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-78.985	0	-78.985	0	-78.985
5.04.01	Aumentos de Capital								
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações								
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas								
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas								
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas								
5.04.06	Dividendos								
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-78.985	0	-78.985	0	-78.985
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	389.697	4.895	394.592	0	394.592
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	389.697	0	389.697	0	389.697
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	4.895	4.895	0	4.895

5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros								
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	4.895	4.895	0	4.895
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período								
5.05.03	Reclassificações para o Resultado								
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido								
5.06.01	Constituição de Reservas								
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação								
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação								
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	6.239.613	310.712	66.295	1.135.793	0	1.135.793

01/01/2011 à 30/03/2011

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	5.645.390	0	21.146	1.040.784	0	1.040.784

5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores								
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	5.645.390	0	21.146	1.040.784	0	1.040.784
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-136.000	0	-136.000	0	-136.000
5.04.01	Aumentos de Capital								
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações								
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas								
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas								
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas								
5.04.06	Dividendos								
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-136.000	0	-136.000	0	-136.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	360.280	7.466	367.746	0	367.746
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	360.280	0	360.280	0	360.280
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	7.466	7.466	0	7.466
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros								
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	7.466	0	0	0

5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período								
5.05.03	Reclassificações para o Resultado								
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido								
5.06.01	Constituição de Reservas								
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação								
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação								
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	5.645.390	224.280	28.612	1.063.959	0	1.063.959

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2012 à 31/03/2012	01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	3.617.496	3.155.477
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.784.143	3.177.812
7.01.02	Outras Receitas	-3.815	-1.414
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios		
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-162.832	-20.921
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.587.488	-1.382.591
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos		
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-615.273	-509.912
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos		
7.02.04	Outros	-972.215	-872.679
7.02.04.01	Energia elétrica comprada para revenda	-822.924	-747.433
7.02.04.02	Encargos de uso da rede básica de transmissão	-147.884	-123.603
7.02.04.03	Matérias-primas consumidas	-1.407	-1.643
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.030.008	1.772.886
7.04	Retenções	-157.499	-155.049
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-157.499	-155.049
7.04.02	Outras		
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.872.509	1.617.837
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	235.312	201.894
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.486	
7.06.02	Receitas Financeiras	237.798	201.894
7.06.03	Outros		
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.107.821	1.819.731
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.107.821	1.819.731
7.08.01	Pessoal	110.421	109.751
7.08.01.01	Remuneração Direta	102.581	104.752
7.08.01.02	Benefícios	22.073	17.016

7.08.01.03	F.G.T.S.	14.965	14.156
7.08.01.04	Outros	-29.198	-26.173
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.268.466	1.077.178
7.08.02.01	Federais	610.003	518.354
7.08.02.02	Estaduais	651.580	554.970
7.08.02.03	Municipais	6.883	3.854
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	268.842	225.038
7.08.03.01	Juros	263.578	220.740
7.08.03.02	Aluguéis	3.312	2.808
7.08.03.03	Outras	1.952	1.490
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	460.092	407.764
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	78.985	136.000
7.08.04.02	Dividendos		
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	310.712	224.280
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	70.395	47.484
7.08.05	Outros		

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Neoenergia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Neoenergia S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente,das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e
internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é
significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais
incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram
elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21
aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram
elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2012
ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.

Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6-F-RJ

Paulo José Machado Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - 1RJ 061.469/O-4 Contador CRC - 1RJ 093.771/O-9

Powered by MZiQ

ação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2012
ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6-F-RJ

Paulo José Machado Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - 1RJ 061.469/O-4 Contador CRC - 1RJ 093.771/O-9

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Arquivo inexistente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Arquivo inexistente

A NEOENERGIA, como holding que não efetua diretamente atividades operacionais, reflete em suas demonstrações financeiras principalmente o resultado das operações de suas empresas controladas. No 1º trimestre de 2012, as empresas controladas da NEOENERGIA apresentaram o seguinte desempenho:

1. DESEMPENHO OPERACIONAL DAS CONTROLADAS:

1.1. No segmento de distribuição:

a) Evolução do número de clientes:

Em março de 2012, o número consolidado de clientes das controladas COELBA, CELPE e COSERN foi de 9.451.353, representando um crescimento de 2,57% em relação a dezembro de 2011.

Em termos de participação, a classe residencial continua representando 87% da quantidade de clientes cativos, seguido pela classe comercial com 6% e a classe rural com 5%.

Evolução do número de clientes ativos

	Quantidadade		Participação			
Descrição	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11	Variação horizontal	
Residencial	8.262.795	8.029.587	87,4%	87,1%	233.208	2,90%
Industrial	37.944	39.800	0,4%	0,4%	-1.856	-4,66%
Comercial	585.646	583.219	6,2%	6,3%	2.427	0,42%
Rural	441.603	442.494	4,7%	4,8%	-891	-0,20%
Poder Público	81.082	79.336	0,9%	0,9%	1.746	2,20%
Iluminação Pública	27.181	26.526	0,3%	0,3%	655	2,47%
Serviço Público	13.614	12.606	0,1%	0,1%	1.008	8,00%
Consumo Próprio	1.451	1.312	0,0%	0,0%	139	10,59%
Suprimento	37	37	0,0%	0,0%	0	0,00%
Total	9.451.353	9.214.917	100,0%	100,0%	236.436	2,57%

b) Evolução do volume de energia vendida no mercado cativo

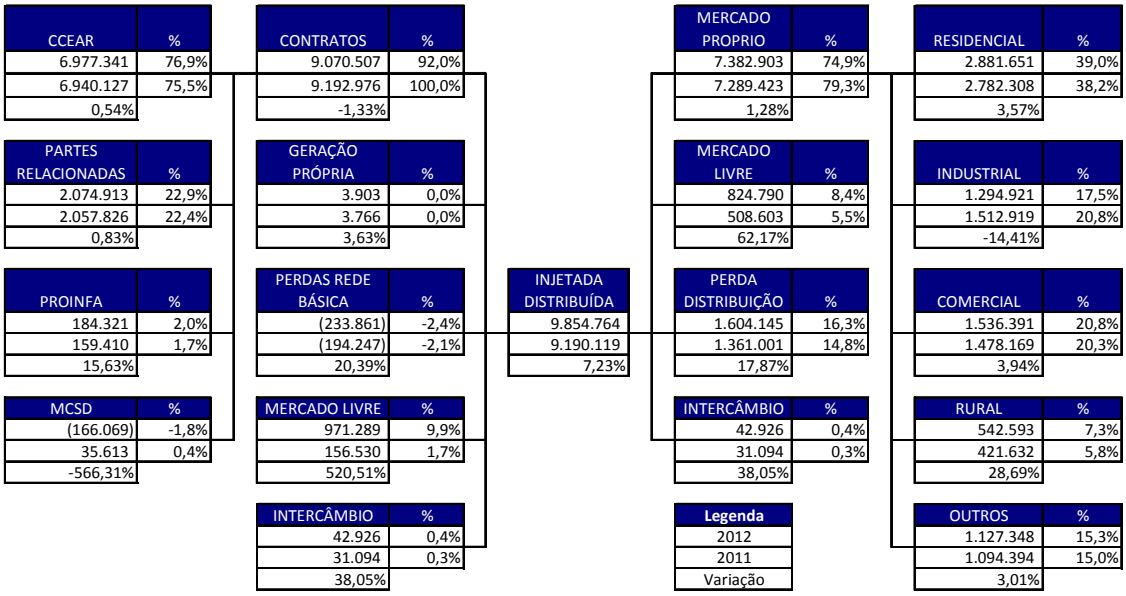
Em relação à quantidade de energia vendida a clientes cativos, no 1º trimestre de 2012, o fornecimento consolidado de energia elétrica das distribuidoras foi de 7.382.902 MWh (7.289.902 MWh no 1º trimestre de 2011) apresentando um acréscimo de 1,26%.

Apesar da classe residencial representar 87% em quantidade de consumidores, sua participação no volume de energia vendida foi de 39% em 2012, tendo as classes industrial e comercial participação de 17,5% e 20,8%, respectivamente.

Segue abaixo a composição por classe do volume de vendas no mercado cativo:

	Evolução do mercado de clientes cativos					
	Quantidadade		Participação			
Descrição	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11	Variação horizontal	
Residencial	2.881.650	2.782.309	39,0%	38,2%	99.341	3,57%
Industrial	1.294.920	1.512.919	17,5%	20,8%	-217.998	-14,41%
Comercial	1.536.391	1.478.169	20,8%	20,3%	58.222	3,94%
Rural	542.594	421.633	7,3%	5,8%	120.961	28,69%
Poder Público	366.023	344.910	5,0%	4,7%	21.113	6,12%
Iluminação Pública	327.953	341.579	4,4%	4,7%	-13.626	-3,99%
Serviço Público	425.151	399.688	5,8%	5,5%	25.463	6,37%
Consumo Próprio	8.221	8.217	0,1%	0,1%	4	0,05%
Total	7.382.902	7.289.423	100,0%	100,0%	93.480	1,28%

c) Balanço Energético



O Balanço Energético das controladas Coelba, Celpe e Cosern indicam que do montante da energia injetada subiu 7,2%, sendo que 74,9% foi destinado ao mercado próprio da distribuidora, enquanto 8,4% atendeu ao mercado livre, conforme a legislação do setor elétrico, que garante acesso à rede de distribuição aos consumidores que atendam aos requisitos de livre escolha do seu fornecedor de energia.

O mercado próprio das distribuidoras exigiu 7.382.908 MWh , de energia durante o trimestre, representando um aumento de 1,28% em relação ao mesmo período do ano anterior. Apesar do crescimento vegetativo da carga, a variação sofreu influência da migração de clientes para o ambiente de contratação livre (ACL).

Por outro lado, O mercado livre exigiu a entrega de 827.790 MWh de energia durante o trimestre, representando uma aumento de 62,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse acréscimo foi devido, principalmente a migração de clientes para o Ambiente de Contratação Livre (ACL) no ano anterior, acrescido daqueles que migraram no trimestre.

d) Tarifas

Os seguintes reajustes tarifários foram concedidos no ano de 2011:

COELBA - a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.282 de 17 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União do dia 20 de abril de 2012, homologou o resultado do Reajuste Tarifário anual da Companhia, em 10,73%, sendo 7,53% relativo ao reajuste econômico e de 3,19% relativo aos componentes financeiros, o que corresponde a um efeito médio de 6,57% a ser percebido pelos consumidores cativos. As novas tarifas entrarão em vigor a partir do dia 22 de abril de 2012 com vigência até 21 de abril de 2013. Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reajuste médio de 7,36%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residenciais e baixa renda, o aumento médio foi de 6,15%.

CELPE - A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou na reunião pública de diretoria realizada em 24 de abril de 2012 o reajuste tarifário anual da Companhia de 7,71%, sendo 7,70% relativo ao reajuste econômico e de 0,01% relativo aos componentes financeiros, o que corresponde a um efeito médio de 5,41% a ser percebido pelos consumidores.
As novas tarifas entrarão em vigor a partir do próximo dia 29 de abril de 2012 com vigência até 28 de abril de 2013.
Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reajuste médio de 5,41%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residências e baixa renda, o aumento médio também foi de 5,41%.
A ANEEL deverá publicar no Diário Oficial da União Resolução Homologatória quanto ao resultado do Reajuste Tarifário anual da Companhia nos próximos dias.

COSERN - A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº. 1.279, de 18 de abril de 2012, publicada no diário oficial da união de 20 de abril de 2012, fixou em 10,28% o índice médio de reajuste tarifário para a Companhia, sendo 9,70% relativos ao reajuste tarifário anual e 0,58% aos componentes financeiros.
O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores cativos é de 6,43% sendo 6,05% para os atendidos em baixa tensão (residências e outros) e 7,35% para os de alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande porte). As tarifas homologadas pela ANEEL estarão em vigor no período de 22 de abril de 2012 a 21 de abril de 2013

e) Investimentos:

Os investimentos efetuados pelas três empresas de distribuição (Coelba, Celpe e Cosern) foram de R$ 405.933 mil no 1º trimestre de 2012. Esses recursos foram destinados, principalmente, à ampliação da rede de distribuição de energia e para a melhoria da qualidade do serviço.

	1º trimestre 2012		Acumulado 2012	
	Investimento total	Subvenções recebidas	Investimento total	Subvenções recebidas
Geração	15.500	-	15.500	-
Distribuição	384.454	62.831	384.454	62.831
Comercialização	94	-	94	-
Administração	5.885	-	5.885	-
	405.933	62.831	405.933	62.831

f) Programa Luz Para Todos:

O Programa luz para Todos foi instituído pelo Governo em 11 de novembro de 2003, destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural e residencial baixa renda brasileira que ainda não tem acesso a esse serviço público e foi prorrogado até o ano de 2014, com a publicação do Decreto nº 7.520, de 11 de julho de 2011.

A Coelba faz hoje a gestão do maior programa de eletrificação rural do país com investimentos superiores a R$ 2,8 bilhões, com participação financeira da Coelba, do Governo Federal e do Governo Estadual.

O número de ligações efetuadas nas três distribuidoras até 31 de março de 2012 esta demonstrado abaixo:

	Total	**COELBA**	**CELPE**	**COSERN**
Ligações executadas até 2009	520.575	353.209	114.841	52.525
Ligações executadas em 2010	75.637	75.637	-	-
Ligações executadas em 2011	39.888	39.888	-	-
Ligações executadas em 2012	6.995	6.995	-	-
Total	643.095	475.729	114.841	52.525
Em execução	3.002	3.002	-	-
A executar	37.373	37.373	-	-
Ligações previstas pelo programa (*)	683.470	516.104	114.841	52.525

1.2. No segmento de geração e outros

a) Investimentos

No 1º trimestre de 2012 foram investidos R$ 15,0 milhões no segmento de geração, principalmente na reforma das turbinas de Termopernambuco.

Foram realizados ainda investimentos em aquisição de terras em Corumba III e Termopernambuco para reparo da UG 01.

R$ mil	31/03/2012
NEOINVEST	153
ITAPEBI	329
TERMOPERNAMBUCO	6.179
BAGUARI I	41
GOIAS SUL	434
GERAÇÃO CIII	659
RIO PCH I	320
BAHIA PCH I	467
SE NARANDIBA	-
ÁGUAS DA PEDRA	1.700
GERAÇÃO CÉU AZUL	178
NEOSERV	448
AFLUENTE G	229
AFLUENTE T	85
ENERGYWORKS	311
CAPUAVA	-
EÓLICAS	3.503
Total	15.036

Foram ainda realizados em 2012 investimentos no montante de R$ 688 milhões na UHE Belo Monte, aonde Neoenergia possui participação de 10% através da Norte Energia S/A e investimentos no montante de R$ 209 milhões na UHE Teles Pires, com participação da Neoenergia de 50,1% através na Cia Energética Teles Pires.

2. ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS:

Como se trata de uma empresa holding, a NEOENERGIA depende diretamente dos resultados operacionais apurados em suas controladas.

O lucro líquido consolidado do 1º trimestre de 2012 foi de R$ 389.697 mil (R$ 360.280 mil no 1º trimestre de 2011), apresentando um acréscimo de R$ 29.417 mil, correspondente a 8,2%.

O EBITDA do 1º trimestre de 2012 foi de R$ 735.638 mil (R$ 642.527 mil no 1º trimestre de 2011), representando um acréscimo de 14,5%. Este incremento deve-se principalmente ao incremento do mercado de Coelba e Cosern, ao maior nível de geração da UHE Itapebi, a entrada em operação comercial da UHE Dardanelos e as melhores margens obtidas na comercializadora NC Energia.

Abaixo seguem as demonstrações do resultado do exercício do 1º trimestre de 2012 e 2011.

Em R$ mil	1º Trimestre			Acumulado		
Descrição	**2012**	**2011**	**Variação 2011/2010**	**2012**	**2011**	**Variação 2011/2010**
Receita Bruta	3.784.143	3.177.812	19,08%	3.784.143	3.177.812	19,08%
Deduções da Receita Bruta	(1.154.598)	(995.980)	15,93%	(1.154.598)	(995.980)	15,93%
Receita Líquida	**2.629.545**	**2.181.832**	**20,52%**	**2.629.545**	**2.181.832**	**20,52%**
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.722.287)	(1.443.735)	19,29%	(1.722.287)	(1.443.735)	19,29%
Resultado Bruto	**907.258**	**738.097**	**22,92%**	**907.258**	**738.097**	**22,92%**
Margem Bruta	**34,50%**	**33,83%**		**34,50%**	**33,83%**	
Outras Despesas Operacionais	(303.961)	(224.811)	35,21%	(303.961)	(224.811)	35,21%
Resultado do serviço	**603.297**	**513.286**	**17,54%**	**603.297**	**513.286**	**17,54%**
Depreciação e Amortização	(132.341)	(129.241)	2,40%	(132.341)	(129.241)	2,40%
EBITDA	**739.625**	**644.689**	**14,73%**	**739.625**	**644.689**	**14,73%**
Margem do EBITDA	**28,13%**	**29,55%**		**28,13%**	**29,55%**	
Resultado Financeiro	(27.738)	(20.337)	36,40%	(27.738)	(20.337)	36,40%
Amortização de Ágio / Investimento	(27.644)	(25.808)	7,11%	(27.644)	(25.808)	7,11%
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição social	**547.915**	**467.142**	**17,29%**	**547.915**	**467.142**	**17,29%**
IR e CSLL	(87.823)	(59.378)	47,90%	(87.823)	(59.378)	47,90%
Participação Acionistas não Controladores	(70.395)	(47.484)	48,25%	(70.395)	(47.484)	48,25%
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	**389.697**	**360.280**	**8,17%**	**389.697**	**360.280**	**8,17%**
Margem Líquida	**14,82%**	**16,51%**		**14,82%**	**16,51%**	

As principais variações ocorridas nos nove primeiros meses do ano foram:

- Receita Bruta: crescimento de 19,08% conforme demonstrado abaixo, principalmente em:
    - Fornecimento faturado e subvenção à tarifa social baixa renda – incremento de mercado combinado com incremento ocorrido no reajuste tarifário. Cabe ressaltar a migração de consumidores baixa renda para a tarifa residencial em função das novas normas de classificação de consumidores determinadas pela ANEEL
    - Suprimento – aumento da energia vendida, principalmente em função da entrada em operação comercial da UHE Dardanelos
    - Receita de construção – em função do incremento em investimentos

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	REAIS			
	31/03/2012	31/03/2011	VARIAÇÃO	
			R$	%
Residencial	1.295.820	1.067.447	228.373	21,39%
Industrial	423.017	430.071	(7.055)	-1,64%
Comercial	722.044	632.063	89.981	14,24%
Rural	118.023	90.944	27.079	29,78%
Poder Público	157.715	138.350	19.365	14,00%
Iluminação Pública	74.676	70.720	3.956	5,59%
Serviço Público	113.229	97.873	15.355	15,69%
Fornecimento faturado	**2.904.522**	**2.527.468**	**377.054**	**14,92%**
Fornecimento não faturado	27.888	(1.406)	29.294	-2083,45%
Total Fornecimento	**2.932.410**	**2.526.062**	**406.348**	**16,09%**
Forncecimento EW e Bahia PCH	46.856	-	46.856	0,00%
Suprimento	154.953	85.161	69.792	81,95%
Subvenção à tarifa social baixa renda	136.802	102.005	34.797	34,11%
Receita de Concessão	49.939	25.245	24.694	97,82%
Receita de Uso da Rede Básica	54.754	47.150	7.604	16,13%
CCEE	14.578	36.220	(21.642)	-59,75%
Receita de Construção	354.807	322.261	32.546	10,10%
Outras Receitas	39.043	33.708	5.335	15,83%
TOTAL GERAL	**3.784.143**	**3.177.812**	**606.331**	**19,08%**

- Deduções da receita bruta: incremento de R$ 158.618 mil, conforme demonstrado abaixo, principalmente devido a:
    - Maior recolhimento de impostos em função do maior faturamento
    - Incremento no valor de encargos setoriais conforme determinado pela ANEEL

Descrição	31/03/12	31/03/11	Variação	%
Deduções da Receita Bruta				
Impostos:				
ICMS	(651.578)	(554.970)	(96.608)	17,4%
PIS	(57.661)	(50.019)	(7.642)	15,3%
COFINS	(265.618)	(230.519)	(35.099)	15,2%
ISS	(2.320)	(1.404)	(916)	65,2%
Encargos Setoriais:				
Quota para reserva global de reversão - RGR	(29.447)	(23.898)	(5.549)	23,2%
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(18.864)	(17.002)	(1.862)	11,0%
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(100.170)	(90.897)	(9.273)	10,2%
Programa de Eficientização Energética - PEE	(9.366)	(8.959)	(407)	4,5%
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(3.744)	(3.578)	(166)	4,6%
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(1.871)	(1.788)	(83)	4,6%
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(6.661)	(6.276)	(385)	6,1%
Encargos do Consumidor - PROINFA	(924)	(803)	(121)	15,1%
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	(5.615)	(5.366)	(249)	4,6%
Outros	(759)	(501)	(258)	51,5%
Total	**(1.154.598)**	**(995.980)**	**(158.618)**	**15,9%**

- Custos de bens e serviços e outras despesas operacionais: incremento de R$ 357.702 mil, conforme demonstrado abaixo, principalmente devido a:
  - Energia elétrica comprada para revenda - incremento no montante de energia comprada e no seu custo médio
  - Receita de construção – em função do incremento em investimentos
  - Incremento na provisão de PCLD - maior inadimplência observada no trimestre acrescido do maior número de ações de cobrança

Descrição	31/03/12	31/12/11	Variação	%
Combustível para produção de energia	(47.252)	(29.172)	(18.080)	62,0%
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica–TFSEE	(5.261)	(892)	(4.369)	489,8%
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH	(5.643)	(2.823)	(2.820)	99,9%
Energia elétrica comprada para revenda	(822.924)	(747.433)	(75.491)	10,1%
Encargos de uso do sistema transmissão	(147.882)	(123.603)	(24.279)	19,6%
Total Parcela A	**(1.028.962)**	**(903.923)**	**(125.039)**	**13,8%**
Pessoal	(118.195)	(118.195)	-	0,0%
Administradores	(2.208)	(1.848)	(360)	19,5%
Entidade de previdência privada	(6.596)	(5.151)	(1.445)	28,1%
Material	(6.380)	(6.638)	258	-3,9%
Serviços de terceiros	(179.828)	(130.079)	(49.749)	38,2%
Arrendamentos e alugueis	(3.438)	(2.807)	(631)	22,5%
Tributos	(4.577)	(2.426)	(2.151)	88,7%
Provisões Líquidas - PCLD	(162.833)	(20.921)	(141.912)	678,3%
Provisões Líquidas - Contingências	1.799	(4.196)	5.995	-142,9%
Provisões atuariais	-	-	-	0,0%
Outros	(27.885)	(20.860)	(7.025)	33,7%
Total Parcela A	**(510.141)**	**(313.121)**	**(197.020)**	**62,9%**
Depreciação e amortização	(132.339)	(129.241)	(3.098)	2,4%
Custo de construção	(354.806)	(322.261)	(32.545)	10,1%
Total custos / despesas	**(2.026.248)**	**(1.668.546)**	**(357.702)**	**21,4%**

A conciliação entre o EBITDA e lucro líquido segue apresentada abaixo:

Conciliação do EBITDA - R$ Mil	Ano			Trimestre		
	2012	2011	Var. %	2012	2011	Var. %
Lucro Líquido	389.697	360.280	8%	389.697	360.280	8%
Amortização ágio e reversão PMIPL	27.644	25.808	7%	27.644	25.808	7%
Imposto de Renda e CSLL - corrente e diferido	87.823	59.378	48%	87.823	59.378	48%
Resultado Financeiro	27.738	20.337	36%	27.738	20.337	36%
Despesas não operacionais	3.987	2.162	84%	3.987	2.162	84%
Depreciação e amortização	132.341	129.241	2%	132.341	129.241	2%
Participações minoritárias	70.395	47.484	48%	70.395	47.484	48%
(=) EBITDA	739.625	644.689	15%	739.625	644.689	15%

A composição do EBITDA e lucro líquido por empresa controlada acumulado até março de 2012 e 2011:

	Composição do Lucro líquido				Composição do EBITDA			
	31/03/12	% Vertical	31/03/11	% Horizontal	31/03/12	% Vertical	31/03/11	% Horizontal
Controladora (sem equivalência)	48.724		81.741		(2.319)		(1.647)	41%
Distribuidoras:								
COELBA	163.186	58%	177.781	-8%	321.719	61%	301.581	7%
CELPE	50.876	18%	80.423	-37%	108.909	21%	155.795	-30%
COSERN	69.304	24%	35.246	97%	93.489	18%	59.042	58%
Subtotal	**283.366**	**100%**	**293.450**	**-3%**	**524.117**	**185%**	**516.418**	**1%**
Geradoras:								
ITAPEBI	44.745	41%	983	4452%	59.130	31%	10.722	451%
TERMOPE	19.333	18%	19.046	2%	43.189	23%	47.286	-9%
BAGUARI	3.871	4%	2.412	60%	10.277	5%	8.389	23%
GOIÁS SUL	2.659	2%	2.657	0%	7.083	4%	5.572	27%
GERAÇÃO CIII	3.895	4%	4.053	-4%	8.549	4%	8.421	2%
RIO PCH I	2.405	2%	4.055	-41%	6.889	4%	7.987	-14%
BAHIA PCH I	4.953	5%	2.441	103%	6.283	3%	6.761	-7%
SE NARANDIBA	582	1%	(133)	-538%	1.237	1%	(19)	-6611%
ÁGUAS DA PEDRA	14.448	13%	17.402	-17%	33.036	17%	18.869	75%
TERMOAÇU	1.033	1%	744	39%	2.812	1%	2.661	6%
GERAÇÃO CÉU AZUL	(3)	0%	(12)	-75%	(5)	0%	(8)	-38%
AFLUENTE G	2.706	2%	1.591	70%	3.292	2%	2.921	13%
AFLUENTE T	5.002	5%	4.723	6%	4.700	2%	4.920	-4%
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES	(1.453)	-1%	2.662	-155%	(31)	0%	-	-
NORTE ENERGIA	-	0%	198	-	-	0%	(969)	-
ENERGYWORKS	3.445	3%	-	-	6.240	3%	-	-
CAPUAVA	1.267	1%	-	-	1.457	1%	-	-
ECIII	-	0%	-	-	-	0%	-	-
TELES PIRES	460	0%	-	-	(2.547)	-1%	-	-
Subtotal	**109.348**	**100%**	**62.822**	**74%**	**191.591**	**100%**	**123.513**	**55%**
Outros								
NEOINVEST	(14)		99	-114%	(60)	0%	-	#DIV/0!
NC ENERGIA	17.899		7.296	145%	23.480	21%	6.341	270%
NEOSERV	907		(155)	-685%	1.623	1%	65	2397%
Outras participações								
Controladora e Consolidado	**389.697**		**360.280**	**8%**	**739.625**		**644.689**	**15%**

3. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO CONSOLIDADO:

As empresas do grupo Neoenergia efetuaram novas captações para fins de alongamento do perfil de suas dívidas. Destaques para as negociações ocorridas em 27 de abril:

COELBA - Eletrobrás – Em 10/01/2012 a Companhia assinou o Contrato de Financiamento nº ECFS – 324/2011 (7ª Tranche) para financiar parte dos investimentos realizados no âmbito do Programa Luz Para Todos, através da Reserva Global de Reversão – RGR. Neste trimestre foi liberado o montante de R$ 18.308..

CELPE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: a Companhia recebeu o volume de R$ 38.410 do BNDES para financiar parte dos investimentos realizados em 2012, provenientes do contrato de financiamento Nº 08.2.1089.1 assinado em março de 2009 e aditado em março e agosto de 2010 e março de 2011.

Em março de 2011 o endividamento total da Companhia era de R$ 6.715 milhões, sendo R$ 1.430 milhão de curto prazo (26,1%) e R$ 5.285 milhões de longo prazo (78,7%).

Os principais indicadores econômico-financeiros estão abaixo apresentados, sendo que a redução da margem EBITDA deve-se principalmente ao incremento da receita de construção:

Dados Econômico-Financeiros	2012	2011	Variação
Receita Operacional Bruta (R$ mil)	3.784.143	3.177.812	19,1%
Receita Operacional Líquida (R$ mil)	2.629.545	2.181.832	20,5%
EBITDA (R$ mil)	739.625	644.689	14,7%
Resultado do Serviço - EBIT (R$ mil)	603.297	513.286	17,5%
Resultado Financeiro (R$ mil) - Exceto JSCP	(27.738)	(20.337)	36,4%
Lucro Líquido (R$ mil)	389.697	360.280	8,2%
Ativo Total (R$ mil)	21.879.742	21.634.744	1,1%
Dívida Bruta (R$ mil)	6.715.823	6.760.191	-0,7%
Dívida Líquida (R$ mil) *	2.072.920	2.133.038	-2,8%
Patrimônio Líquido (R$ mil)	11.357.933	11.042.326	2,9%
Indicadores Econômico-Financeiros			
Margem EBITDA	28,1%	29,5%	-1,42 p.p
Margem EBIT	22,9%	23,5%	-0,58 p.p
Margem Líquida	14,8%	16,5%	-1,69 p.p
Cobertura de Juros (EBITDA/Resultado Financeiro) - Em vezes	26,7	31,7	-15,9%
Dívida Bruta/EBITDA**	2,3	2,6	-13,4%
Índice de Endividamento Líquido	15,4%	16,2%	-0,76 p.p
Ações			
Valor Patrimonial da Ação (R$)	1,94	1,89	2,9%
Lucro (Prejuízo) Líquido por Ação (R$)	0,07	0,27	-74,9%

* Dívida líquida de disponibilidades
** EBITDA 9 meses
p.p - Pontos Percentuais

NEOENERGIA S.A.

Balanços patrimoniais
31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais

ATIVO	Ref	Controladora		Consolidado	
		31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11 Reapresentado
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	(6)	2.410.035	3.150.422	3.257.810	4.074.308
Contas a receber de clientes e outros	(7)	62	62	1.974.047	2.068.403
Títulos e Valores Mobiliários	(8)	649.641	59.523	1.198.934	338.207
Impostos e Contribuições a recuperar	(9)	87.089	101.025	397.992	367.874
Estoques		-	-	22.849	22.927
Despesas pagas antecipadamente		-	-	37.246	24.675
Entidade de Previdência Privada		-	-	9.323	6.555
Serviços em curso	(11)	-	-	295.869	271.598
Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)	(16)	-	-	31.492	31.549
Outros ativos circulantes	(13)	10.130	10.107	165.046	102.413
TOTAL DO CIRCULANTE		3.156.957	3.321.139	7.390.608	7.308.509
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes e outros	(7)	-	-	842.192	907.912
Títulos e Valores Mobiliários	(8)	-	-	110.905	139.137
Impostos e Contribuições a recuperar	(9)	-	-	92.911	89.227
Coligadas e controladas		18.535	54.970	625	42.511
Dividendos a receber		67.357	67.386	-	-
Juros sobre capital próprio a receber		22.293	64.662	-	-
Impostos e contribuições sociais diferidos	(10)	29.660	29.164	166.039	161.101
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora		-	-	533.956	546.207
Fundos vinculados		-	-	75.254	75.075
Depositos Judicias	(12)	97.207	95.764	312.374	299.761
Entidade de Previdência Privada		-	-	32.408	37.596
Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)	(16)	-	-	1.842.264	1.145.543
Outros ativos não circulantes	(13)	15.120	15.135	25.651	25.744
Investimentos	(14)	8.059.903	7.558.785	188.608	163.873
Investimentos em coligadas e controladas		8.059.903	7.558.785	162.717	136.081
Outros investimentos		-	-	25.891	27.792
Imobilizado	(15)	26.960	27.268	3.843.005	3.752.398
Intangível	(17)	57.648	56.099	6.422.942	6.888.136
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		8.394.683	7.969.233	14.489.134	14.274.221
TOTAL DO ATIVO		11.551.640	11.290.372	21.879.742	21.582.730

NEOENERGIA S.A.

Balanços patrimoniais--Continuação
31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais

	Ref	Controladora		Consolidado	
PASSIVO		31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11 Reapresentado
CIRCULANTE					
Fornecedores	(18)	1.906	2.422	774.739	808.887
Empréstimos e financiamentos	(19)	1.008	762	890.023	812.079
Debêntures	(20)	-	-	539.769	433.525
Salários e encargos a pagar	(21)	390	216	79.277	65.439
Taxas regulamentares	(22)	-	-	334.524	289.856
Impostos e Contribuições a recolher	(23)	93.728	103.200	486.793	428.419
Dividendos e Juros sobre capital proprio	(24)	72.944	133.910	88.540	157.868
Provisões	(25)	13	-	52.674	46.240
Entidade de Previdência Privada		-	-	14.044	15.233
Coligadas e controladas		17.425	1.010	13.717	3.276
Concessão do Serviço Público (Uso do Bem Público)		-	-	3.849	4.167
Outros passivos circulantes	(26)	4	5	190.708	256.917
TOTAL DO CIRCULANTE		187.418	241.525	3.468.657	3.321.906
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	(18)	-	-	62.270	61.159
Empréstimos e financiamentos	(19)	5.664	5.911	4.260.148	4.315.250
Debêntures	(20)	-	-	1.025.883	1.199.164
Taxas regulamentares	(22)	-	-	77.990	102.654
Impostos e Contribuições a recolher	(23)	-	-	8.963	10.458
Impostos e contribuições sociais diferidos	(10)	-	-	27.263	18.217
Provisões	(25)	602	587	186.602	186.499
Entidade de Previdência Privada		-	-	279.977	281.188
Coligadas e controladas		23	23	-	-
Concessão do Serviço Público (Uso do Bem Público)		-	-	67.669	66.189
Outros passivos não circulantes	(26)	-	-	44.545	37.062
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		6.289	6.521	6.041.310	6.277.840
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(27)				
Capital Social		4.739.025	4.739.025	4.739.025	4.739.025
Reservas de Capital		2.288	2.288	2.288	2.288
Reservas de Lucro		6.045.590	6.045.590	6.045.590	6.045.590
Outros resultados abrangentes		66.295	61.400	66.295	61.400
Proposta de Distribuição de dividendos adicional		194.023	194.023	194.023	194.023
Lucro/Prejuízo acumulado		310.712	-	310.712	-
PATRIMONIO LÍQUIDO		11.357.933	11.042.326	11.357.933	11.042.326
Participação dos não controladores				1.011.842	940.658
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO CONSOLIDADO				12.369.775	11.982.984
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LÍQUIDO		11.551.640	11.290.372	21.879.742	21.582.730

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

NEOENERGIA S.A.

Demonstração do resultado do exercício
Períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011
Em milhares de reais

	Ref	Controladora		Consolidado	
		31/03/12	31/03/11 Reclassificado	31/03/12	31/03/11 Reclassificado
RECEITA BRUTA	(28)	813	960	3.784.143	3.177.812
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(29)	(75)	-	(1.154.598)	(995.980)
RECEITA LÍQUIDA		**738**	**960**	**2.629.545**	**2.181.832**
CUSTO DO SERVIÇO	(30)	-	-	**(1.722.287)**	**(1.443.735)**
LUCRO BRUTO		**738**	**960**	**907.258**	**738.097**
Despesas com vendas	(30)	-	-	(181.922)	(102.790)
Despesas gerais e administrativas	(30)	(3.851)	(4.164)	(122.039)	(122.021)
Resultado de participações societárias		315.815	291.221	(27.644)	(25.808)
Equivalência Patrimonial	(14)	340.973	317.029	(2.486)	-
Amortização de Ágio	(14)	(25.158)	(25.808)	(25.158)	(25.808)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		**312.702**	**288.017**	**575.653**	**487.478**
Receita financeira	(31)	78.273	80.865	237.798	201.894
Despesa financeira	(31)	(1.774)	(7.983)	(265.536)	(222.230)
LUCRO ANTES DO IMPOSTOS		**389.201**	**360.899**	**547.915**	**467.142**
Imposto de renda e contribuição social	(10)	**496**	**(619)**	**(87.823)**	**(59.378)**
Corrente		-	(1.096)	(142.111)	(113.831)
Diferido		496	477	(1.193)	17.096
Imposto de renda - SUDENE		-	-	**68.023**	**50.008**
Amortização ágio e reversão PMIPL		-	-	**(12.542)**	**(12.651)**
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		**389.697**	**360.280**	**460.092**	**407.764**
Participações dos acionistas não controladores		-	-	**(70.395)**	**(47.484)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**389.697**	**360.280**	**389.697**	**360.280**
LUCRO BÁSICO DILUÍDO POR AÇÃO:					
Ordinária		0,07	0,06	0,07	0,06

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

NEOENERGIA S.A.

Demonstração do resultado do abrangente
Períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	**31/03/11**	**31/03/12**	**31/03/11**
Lucro do exercício	**389.697**	**360.280**	**460.092**	**407.764**
Outros resultados abrangentes				
Ganhos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	7.422	11.312	8.597	13.071
Tributos s/ ganhos de ativos financeiros disponiveis para venda	(2.527)	(3.846)	(2.913)	(4.444)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	**4.895**	**7.466**	**5.684**	**8.627**
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	**394.592**	**367.746**	**465.776**	**416.391**
Atribuível a:				
Acionistas controladores	394.592	367.746	394.592	367.746
Acionistas não controladores			71.184	48.645

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido e outros resultados abrangentes
Para o período de três meses findo em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro 2011
Em milhares de reais

	Atribuível aos Acionistas Controladores									
			Reservas de Lucros							
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	4.739.025	2.288	493.683	5.551.907	61.400	-	194.023	11.042.326	940.658	11.982.984
Lucro líquido do exercício						389.697		389.697	70.395	460.092
Ganho sobre ativo disponível para a venda					4.895			4.895	789	5.684
Destinações:										-
Juros sobre capital próprio						(78.985)		(78.985)		(78.985)
Saldos em 31 de março de 2012	4.739.025	2.288	493.683	5.551.907	66.295	310.712	194.023	11.357.933	1.011.842	12.369.775

	Atribuível aos Acionistas Controladores									
			Reservas de Lucros							
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	4.739.025	2.288	416.101	4.814.881	21.146	-	414.408	10.407.849	848.639	11.256.488
Lucro líquido do exercício						360.280		360.280	47.484	407.764
Ganho sobre ativo disponível para a venda					7.466			7.466	1.161	8.627
Destinações:										
Juros sobre capital próprio						(136.000)		(136.000)	-	(136.000)
Saldos em 31 de março de 2011	4.739.025	2.288	416.101	4.814.881	28.612	224.280	414.408	10.639.595	897.283	11.536.879

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

NEOENERGIA S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Para o período de três meses findo em 31 de março de 2012 e 2011
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		Reclassificado		Reclassificado
Lucro Líquido do Período (Antes dos Impostos)	389.201	360.899	547.915	467.142
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Depreciação e amortização	795	493	132.341	129.241
Equivalência patrimonial	(340.973)	(317.029)	2.486	-
Amortização de ágio, líquida	25.158	25.808	25.158	25.808
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	134	72	156.233	124.543
Outras receitas e despesas financeiras líquidas	-	-	(6.748)	13.090
Valor residual do ativo intangível / imobilizado baixado	-	-	2.619	6.741
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	28	-	9.853	9.616
Provisão para creditos de liquidação duvidosa	-	-	162.832	20.921
Outras provisões	-	-	(623)	-
	74.343	70.243	1.032.066	797.102
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS				
Contas a receber de clientes e outros	-	(317)	7.128	7.462
Impostos e contribuições a recuperar	13.936	4.001	(30.816)	(27.534)
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	42.369	56.235	-	-
Estoques	-	-	78	(2.244)
Fundos Vinculados	-	-	(179)	2.352
Depósitos judiciais	(1.443)	(1.401)	(10.744)	(11.615)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(12.603)	(4.691)
Entidade de Previdência Privada	-	-	2.420	-
Coligadas e Controladas	20.470	(1.801)	38.567	-
Concessão Serviço Público (Ativo Financeiro)	-	-	-	(394)
Outros ativos	(8)	27	(100.619)	(892)
	75.324	56.744	(106.768)	(37.556)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS				
Fornecedores	(516)	(1.111)	(33.065)	(48.142)
Salários e encargos a pagar	174	11	13.689	23.960
Encargos de dívidas e swap pagos	-	-	(72.873)	(74.979)
Taxas regulamentares	-	-	19.041	12.989
Impostos e Contribuições a recolher	(9.472)	4.392	(17.029)	(44.708)
Coligadas e Controladas	(1.000)	162.267	1.735	130.371
Indenizações/Contingências pagas	-	-	(11.423)	(7.207)
Entidade de Previdência Privada	-	-	(6.622)	(6.471)
Outros passivos	(1)	(402)	(57.686)	11.091
	(10.815)	165.157	(164.233)	(3.096)
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	138.852	292.144	761.065	756.450

NEOENERGIA S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa (continuação)
Para o período de três meses findo em 31 de março de 2012 e 2011
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Captação de Empréstimos e financiamentos	-	-	138.954	287.541
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(135)	(50)	(155.975)	(148.207)
Amortização do principal de debêntures	-	-	(99.011)	(83.116)
Obrigações vinculadas	-	-	47.166	15.245
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital proprio	(139.951)	(113.465)	(148.373)	(120.065)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(140.086)	(113.515)	(217.239)	(48.602)
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO				
Integralização de capital	(146.999)	(25.292)	(30.000)	(25.292)
Aquisição de investimentos	-	(162.264)	1.564	(139.577)
Aquisição de imobilizado	-	-	(112.843)	(64.060)
Aquisição de intangível	(2.036)	(1.417)	(390.224)	(313.697)
Concessão Serviço Público (Ativo Financeiro)	-	-	(85)	-
Títulos e valores mobiliários	(590.118)	(4.007)	(828.736)	(2.400)
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(739.153)	(192.980)	(1.360.324)	(545.026)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(740.387)	(14.351)	(816.498)	162.822
Caixa e equivalentes no início do exercício	3.150.422	2.799.730	4.074.308	3.391.601
Caixa e equivalentes no final do exercício	2.410.035	2.785.379	3.257.810	3.554.423
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	(740.387)	(14.351)	(816.498)	162.822

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Para o período de três meses findo em 31 de março de 2012 e 2011
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2012	31/3/2011	31/3/2012	31/3/2011 (Reclassificado)
Receitas				
Vendas de energia, serviços e outros	813	960	3.784.143	3.177.812
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(162.832)	(20.921)
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	-	-	(3.815)	(1.414)
	813	960	3.617.496	3.155.477
Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(822.924)	(747.433)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	-	(147.884)	(123.603)
Matérias-primas consumidas	-	-	(1.407)	(1.643)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(1.829)	(2.646)	(615.273)	(509.912)
	(1.829)	(2.646)	(1.587.488)	(1.382.591)
Valor adicionado bruto	(1.016)	(1.686)	2.030.008	1.772.886
Depreciação e amortização	(25.953)	(26.301)	(157.499)	(155.049)
Valor adicionado líquido	(26.969)	(27.987)	1.872.509	1.617.837
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	78.273	80.865	237.798	201.894
Resultado de equivalência patrimonial	340.973	317.029	(2.486)	-
	419.246	397.894	235.312	201.894
Valor adicionado total a distribuir	392.277	369.907	2.107.821	1.819.731
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remunerações	(41)	(102)	73.334	62.749
Encargos sociais (exceto INSS)	4	111	14.965	14.156
Entidade de previdência privada	66	55	6.632	5.166
Auxílio alimentação	22	3	7.619	6.234
Convênio assistencial e outros benefícios	-	-	2.322	1.396
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	-	-	3.925	863
Provisão para férias e 13º salário	8	8	16.824	15.606
Plano de saúde	34	20	5.500	4.220
Indenizações trabalhistas	-	-	506	2.142
Participação nos resultado	-	-	9.472	24.125
Administradores	826	544	2.951	2.272
Encerramento de ordem em curso	-	-	501	506
(-) Transeferência para Ordens	-	-	(34.758)	(30.028)
Outros	94	109	628	344
Subtotal	1.013	748	110.421	109.751
. Governo				
INSS (sobre folha de pagamento)	181	185	16.591	15.318
ICMS	-	-	651.580	554.970
PIS/COFINS sobre faturamento	75	-	323.275	280.537
Imposto de renda e contribuição social	(496)	620	87.827	59.379
Obrigações intra-setoriais	-	-	182.310	163.120
Outros	21	89	6.883	3.854
Subtotal	(219)	894	1.268.466	1.077.178
. Financiamentos				
Juros e variações cambiais	1.774	7.983	263.578	220.740
Aluguéis	12	2	3.312	2.808
Outros	-	-	1.952	1.490
Subtotal	1.786	7.985	268.842	225.038
. Acionistas				
Juros sobre capital próprio	78.985	136.000	78.985	136.000
Lucro / Prejuizos	310.712	224.280	310.712	224.280
Participação dos não controladores	-	-	70.395	47.484
Subtotal	389.697	360.280	460.092	407.764
Valor adicionado distribuído	392.277	369.907	2.107.821	1.819.731

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A NEOENERGIA S.A. ("NEOENERGIA" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades dedicadas primariamente às atividades de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica.

A sede da Companhia está localizada na Praia do Flamengo, 78 - 3º andar - Flamengo - Rio de Janeiro - RJ.
A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas e controladas em conjunto, segregadas por atividade de negócio:

		Percentual da Participação (%)			
		31/03/12		31/12/11	
Empresas Controladas	Ref	Direta	Indireta	Direta	Indireta
DISTRIBUIÇÃO					
COELBA		87,84	-	87,84	-
CELPE		89,65	-	89,65	-
COSERN		84,45	-	84,45	-
GERAÇÃO					
AFLUENTE GERAÇÃO		87,84	-	87,84	-
BAGUARI I		99,99	0,01	99,99	0,01
BAHIA PCH I		99,99	0,01	99,99	0,01
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA		51,00	-	51,00	-
GERAÇÃO CIII		99,99	0,01	99,99	0,01
ENERGÉTICA CORUMBA III		-	15,58	-	15,58
GOIÁS SUL		99,99	0,01	99,99	0,01
ITAPEBI		42,00	-	42,00	-
RIO PCH I		70,00	-	75,00	-
TERMOAÇU		23,13	-	23,13	-
TERMOPERNAMBUCO		99,99	0,01	99,99	0,01
GERAÇÃO CÉU AZUL	(a)	99,99	0,01	99,99	0,01
NORTE ENERGIA	(a)	-	10,00	-	10,00
TELES PIRES ENERGIA EFICIENTE	(a)	50,01	-	-	-
ENERGYWORKS		99,99	0,01	-	-
CAPUAVA		-	100,00	-	-
CALANGO I	(a)	-	50,00	50,00	-
CALANGO II	(a)	-	50,00	50,00	-
CALANGO III	(a)	-	50,00	50,00	-
CALANGO IV	(a)	-	50,00	50,00	-
CALANGO V	(a)	-	50,00	50,00	-
MEL I	(a)	-	50,00	50,00	-
ARIZONA I	(a)	-	50,00	50,00	-
CAETITÉ I	(a)	-	50,00	50,00	-
CAETITÉ II	(a)	-	50,00	50,00	-
CAETITÉ III	(a)	-	50,00	50,00	-
TRANSMISSÃO					
AFLUENTE TRANSMISSÃO		87,84	-	87,84	-
SE NARANDIBA		99,99	0,01	99,99	0,01
COMERCIALIZAÇÃO					
NC ENERGIA		100,00	-	100,00	-
OUTROS					
NEOINVEST		99,99	0,01	99,99	0,01
NEOSERVIÇOS	(b)	1,00	99,00	1,00	99,00
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES	(c)	99,00	1,00	-	-
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	(c)	99,00	1,00	-	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	(c)	50,00	-	-	-
FORÇA EÓLICA PARTICIPAÇÕES	(c)	-	50,00	-	-

(a) Empresas constituídas para construção de novos empreendimentos em geração ou transmissão, os quais se encontram em fase pré-operacional.

(b) Participação através da NC Energia. Vide nota explicativa nº 14.

(c) Empresas de Propósito Específico para participação em empresas de geração. Vide nota explicativa nº 14.

1. CONTEXTO OPERACIONAL -- Continuação

	Percentual da Participação (%)			
	31/03/12		31/12/11	
Sociedades de Propósito Específico ("SPEs")	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Garter Properties INC.	100,00	-	100,00	-
BB Polo 28 Fundo de Investimento Renda Fixa	100,00	-	100,00	-
Ancona Renda Fixa Fundo de Investimento	100,00	-	100,00	-
Fundo de Investimento Bilbao	100,00	-	100,00	-
Santander Fundo de Investimento Rio de Janeiro Referenciado DI	100,00	-	100,00	-
Bradesco Fundo de Investimento Referenciado DI Recife	100,00	-	100,00	-

2. CONCESSÕES

A Companhia possui o direito de explorar, indiretamente, as seguintes concessões autorizações/permissões de distribuição, comercialização, transmissão e de geração de energia:

Distribuição	Número de Municípios	Localidade	Data de Concessão	Data de Vencimento
COELBA	415	Estado da Bahia	08/08/97	07/08/27
CELPE	184	Estado de Pernambuco	30/03/00	30/03/30
CELPE	1	Distrito de Fernando de Noronha	30/03/00	30/03/30
CELPE	1	Estado da Paraíba	30/03/00	30/03/30
COSERN	167	Estado do Rio Grande do Norte	31/12/97	30/12/27

Comercialização	Localidade	Data de Autorização
NC ENERGIA	Rio de Janeiro	16/08/2000

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Geração em Operação	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWmed)	Energia Contratada (Mwmed)	Data da Concessão/Autorização	Data de Vencimento
COELBA							
Belmonte	Termelétrica - UTE	Belmonte - BA	1,5 MW	-	-	29/08/05	Indeterminado
Ilha Grande	Termelétrica - UTE	Camamu - BA	1,7 MW	1,2 MW	1,2 MW	08/08/97	07/08/27
AFLUENTE							
Alto Fêmeas I	Hidrelétrica - PCH	Rio das Fêmeas - São Desidério - BA	10,6 MW	9,5 MW	9,5 MW	08/08/97	07/08/27
Presidente Goulart	Hidrelétrica - PCH	Rio Correntina - BA	8 MW	6,9 MW	6,9 MW	08/08/97	07/08/27
ITAPEBI	Hidrelétrica - UHE	Rio Jequitinhonha - BA	450 MW	214,3 MW	214,3 MW	28/05/99	27/05/34
TERMOPERNAMBUCO	Termelétrica - UTE	Complexo Portuário do Suape - PE	532 MW	490,6 MW	455 MW	15/12/00	18/12/30
CELPE							
Fernando de Noronha	Térmica a diesel	Distrito de Fernando de Noronha - PE	4,08 MW		1,6 MW	21/12/89	21/12/19
TERMOAÇU	Termelétrica - UTE	Alto do Rodrigues - RN	368 MW	331 MW	266 MW	09/07/01	08/07/31
RIO PCH I							
Pedra do Garrafão	Hidrelétrica - PCH	Rio Itabapoana - RJ	19 MW	11,31 MW	11 MW	17/12/02	16/12/32
Pirapetinga	Hidrelétrica - PCH	Rio Itabapoana - RJ	20 MW	11,51 MW	11 MW	17/12/02	16/12/32
GOIAS SUL							
Nova Aurora	Hidrelétrica - PCH	Rio Veríssimo - GO	21 MW	12,37 MW	12 MW	17/02/04	16/02/34
Goiandira	Hidrelétrica - PCH	Rio Veríssimo - GO	27 MW	17,09 MW	16 MW	17/12/02	16/12/32
BAGUARI I	Hidrelétrica - UHE	Rio Doce - MG	140 MW	81,4 MW	77 MW	15/08/06	15/08/41
GERAÇÃO CIII							
Corumbá III	Hidrelétrica - UHE	Rio Corumbá - GO	93,6 MW	50,9 MW	50,9 MW	07/11/01	06/11/36
BAHIA PCH I	Hidrelétrica - PCH	Rio das Fêmeas - BA	25 MW	19,6 MW	19 MW	09/12/99	09/12/29
DARDANELOS	Hidrelétrica - UHE	Rio Aripuanã - MT	261 MW	154,9 MW	147 MW	03/07/07	28/06/42
ENERGYWORKS							
Kaiser Jacareí	Termelétrica - UTE	Av. Pres.Humberto de Alencar - SP	10,4 MW	10,4 MW	10,4 MW	1998	2028
Kaiser Pacatuba	Termelétrica - UTE	Rodoviária Ceará - CE	5,6 MW	5,6 MW	5,6 MW	1998	-
Corn Mogi	Termelétrica - UTE	Rua Paula Bueno - SP	34,9 MW	34,9 MW	34,9 MW	2003	2031
Corn Balsa	Termelétrica - UTE	Rua Francisco Manuel da Cruz - PR	10,7 MW	10,7 MW	10,7 MW	2002	2031
Brahma Rio	Termelétrica - UTE	Antiga estrada Rio São Paulo - RJ	14,7 MW	14,7 MW	14,7 MW	1999	2028

Geração em Construção	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (Mwmed)	Energia Contratada (Mwmed)	Data da Concessão/Autorização	Data de Vencimento
BAIXO IGUAÇU	Hidrelétrica - UHE	Rio Iguaçu - PR	350 MW	172,8 MW	121 MW	-	-
BELO MONTE	Hidrelétrica - UHE	Rio Xingu - PA	11.233 MW	4.571 MW	3.199,7 MW	26/08/10	26/08/45
TELES PIRES	Hidrelétrica - UHE	Rio Teles Pires - MT	1.819,8 MW	915,4 MW	778,1 MW	07/06/11	06/06/46
PARQUES EÓLICOS							
Arizona 01	Eólica	Rio do Fogo - RN	28 MW	12,9 MW	-	03/03/11	03/03/46
Mel 2	Eólica	Areia Branca - RN	20 MW	9,8 MW	-	24/02/11	24/02/46
Caetité 1	Eólica	Caetité - BA	30 MW	13,3 MW	-	-	-
Caetité 2	Eólica	Caetité - BA	30 MW	11,2 MW	-	04/02/11	04/02/46
Caetité 3	Eólica	Caetité - BA	30 MW	11,2 MW	-	23/02/11	23/02/46
Calango 1	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	13,9 MW	-	-	-
Calango 2	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	11,9 MW	-	-	-
Calango 3	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	13 MW	-	-	-
Calango 4	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	12,8 MW	-	-	-
Calango 5	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	13,7 MW	-	-	-

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais individuais da Companhia relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e que diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

As informações trimestrais consolidadas da Companhia relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

As práticas contábeis adotadas na preparação das informações trimestrais são as mesmas descritas na nota explicativa nº 03 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Adicionalmente as informações trimestrais contemplam os requerimentos mínimos de divulgação estabelecidos pelo CPC 21 – Demonstrações Intermediárias (IAS 34), bem como outras informações consideradas relevantes.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

As informações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade. A comparação entre os saldos apresentados e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, está demonstrada a seguir:

	Consolidado		
	31/12/2011		
	Publicado	Reclassificação	Reclassificado
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4.255.486	181.178	4.074.308
Contas a receber de clientes e outros	2.078.466	10.063	2.068.403
Títulos e Valores Mobiliários	177.470	(160.737)	338.207
Impostos e Contribuições a recuperar	365.262	(2.612)	367.874
Estoques	22.927	-	22.927
Despesas pagas antecipadamente	30.580	5.905	24.675
Entidade de Previdência Privada	6.555	-	6.555
Serviços em curso	156.008	(115.590)	271.598
Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)	27.064	(4.485)	31.549
Outros ativos circulantes	105.515	3.102	102.413
TOTAL DO CIRCULANTE	7.225.333	(83.176)	7.308.509
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes e outros	907.912	-	907.912
Títulos e Valores Mobiliários	139.142	5	139.137
Impostos e Contribuições a recuperar	89.227	-	89.227
Coligadas e controladas	39.192	(3.319)	42.511
Impostos e contribuições sociais diferidos	335.265	174.164	161.101
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	546.207	-	546.207
Fundos vinculados	55.055	(20.020)	75.075
Depositos Judicias	302.243	2.482	299.761
Entidade de Previdência Privada	37.596	-	37.596
Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)	1.097.347	(48.196)	1.145.543
Outros ativos não circulantes	25.744	-	25.744
Investimentos	163.873	-	163.873
Investimentos em coligadas e controladas	136.081	-	136.081
Outros investimentos	27.792	-	27.792
Imobilizado	3.780.995	28.597	3.752.398
Intangível	6.889.613	1.477	6.888.136
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	14.409.411	135.190	14.274.221
TOTAL DO ATIVO	21.634.744	52.014	21.582.730

Neoenergia S.A.	Consolidado		
	31/12/2011		
	Publicado	Reclassificação	Reclassificado
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	798.956	(9.931)	808.887
Empréstimos e financiamentos	812.252	173	812.079
Debêntures	433.525	-	433.525
Salários e encargos a pagar	65.496	57	65.439
Taxas regulamentares	172.486	(117.370)	289.856
Impostos e Contribuições a recolher	432.606	4.187	428.419
Dividendos e Juros sobre capital proprio	157.954	86	157.868
Provisões	46.240	-	46.240
Entidade de Previdência Privada	15.233	-	15.233
Coligadas e controladas	3.276	-	3.276
Concessão do Serviço Público (Uso do Bem Públic	3.045	(1.122)	4.167
Outros passivos circulantes	256.917	-	256.917
TOTAL DO CIRCULANTE	3.197.986	(123.920)	3.321.906
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	61.159	-	61.159
Empréstimos e financiamentos	4.315.250	-	4.315.250
Debêntures	1.199.164	-	1.199.164
Taxas regulamentares	102.654	-	102.654
Impostos e Contribuições a recolher	10.458	-	10.458
Impostos e contribuições sociais diferidos	193.094	174.877	18.217
Provisões	186.499	-	186.499
Entidade de Previdência Privada	281.188	-	281.188
Concessão do Serviço Público (Uso do Bem Públic	67.246	1.057	66.189
Outros passivos não circulantes	37062		37.062
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	6.453.774	175.934	6.277.840
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	4.739.025	-	4.739.025
Reservas de Capital	2.288	-	2.288
Reservas de Lucro	6.045.590	-	6.045.590
Outros resultados abrangentes	61.400	-	61.400
Proposta de Distribuição de dividendos adicional	194.023	-	194.023
Acionistas não controladores	940.658	-	940.658
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	11.982.984	-	11.982.984
TOTAL DO PASSIVO	21.634.744	52.014	21.582.730

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das informações trimestrais em 24 de abril de 2012, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

4. Novos IFRS e Interpretações do IFRIC

Em junho de 2011, o *International Accounting Standards Board* - IASB emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01/01/2013:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros – O IFRS 9 estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - O IFRS 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36).

IFRS 11 Operações conjuntas - O IFRS 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado.

IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades - O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis brasileiro, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

5. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R1) - Demonstrações Consolidadas e pela Instrução CVM n° 247, de 27 de março de 1996, que incluem a Neoenergia, suas controladas e controladas em conjunto.

As informações trimestrais da controlada em conjunto Termoaçu, Teles Pires e Força Eólica da Brasil foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das informações trimestrais da investida.

	Termoaçu		Teles Pires		Força Eólica do Brasil	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Ativo	806.632	801.665	920.717	784.469	321.702	-
Circulante	102.382	89.585	250.865	360.597	41.956	-
Não Circulante	704.250	712.080	669.852	423.872	279.746	-
Passivo	806.628	801.655	920.717	784.469	321.702	-
Circulante	68.742	68.262	463.291	331.551	-	-
Não Circulante	43	-	75.246	72.643	-	-
Patrimônio Líquido	737.843	733.393	382.180	380.275	321.702	-

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre as diversas empresas do Grupo. As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas.
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

Para fins de apresentação das informações trimestrais consolidadas, o ágio pago pela Neoenergia S.A. na aquisição de investimentos, o qual é atribuído à concessão, foi classificado no ativo intangível.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11 Reclassificado
Caixa e Depósitos bancários à vista	110	147	80.003	94.921
Aplicações Financeiras de liquidez imediata:				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.188.370	1.159.882	1.228.628	1.239.928
Fundos de investimento	1.221.555	1.990.393	1.949.179	2.739.459
	2.410.035	3.150.422	3.257.810	4.074.308

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras estão representadas, principalmente, de Certificados de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas lastreadas em títulos do tesouro, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a taxas que variam de 100% a 105%.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostas da seguinte forma:

		Consolidado	
	Ref.	31/03/12	31/12/11 Reclassificado
Consumidores	(a)	3.089.248	3.112.347
Títulos a Receber	(b)	113.955	113.066
Comercialização de Energia na CCEE	(c)	78.286	84.287
Disponibilização do Sistema de Distribuição		45.309	35.157
Serviços Prestados a Terceiros		20.266	22.601
Outros Créditos		161.222	169.441
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(d)	(692.047)	(560.584)
Total		2.816.239	2.976.315
Circulante		1.974.047	2.068.403
Não Circulante		842.192	907.912

a) Consumidores

	Consolidado						
	Saldos vencidos			Total		PCLD	
	Saldos vincendos	Até 90 dias	Mais de 90 dias	31/03/12	31/12/11 Reclassificado	31/03/12	31/12/11 Reclassificado
Setor Privado							
Residencial	771.813	276.859	356.614	1.405.286	1.387.314	(487.119)	(345.373)
Industrial	178.817	18.276	81.735	278.828	310.712	(57.946)	(55.017)
Comercial, serviços e outras	290.450	66.594	78.273	435.317	441.133	(52.061)	(47.096)
Rural	78.215	20.306	64.375	162.896	164.010	(49.551)	(46.553)
	1.319.295	382.035	580.997	2.282.327	2.303.169	(646.677)	(494.039)
Setor Público							
Poder Público							
Federal	16.148	1.054	3.202	20.404	21.104	(1.208)	(1.484)
Estadual	167.320	6.821	1.649	175.790	174.611	(1.172)	(1.438)
Municipal	181.571	17.489	15.850	214.910	216.482	(21.839)	(29.912)
	365.039	25.364	20.701	411.104	412.197	(24.219)	(32.834)
Iluminação pública	27.167	30.638	6.309	64.114	74.271	(1.936)	(2.456)
Serviço público	80.117	5.658	7.969	93.744	91.452	(7.681)	(11.656)
Fornecimento não faturado	237.959	-	-	237.959	231.258	-	-
Consumidores	2.029.577	443.695	615.976	3.089.248	3.112.347	(680.513)	(540.985)
Circulante				1.196.963	1.220.843	(395.034)	(165.827)
Não Circulante				1.892.285	1.891.504	(285.479)	(375.158)

As contas a receber de consumidores de longo prazo representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Inclui juros e multa calculados pró-rata temporis.

(b) Títulos a receber

Referem-se às contas de fornecimento de energia das empresas geradoras e comercializadoras com os diversos agentes de mercado.

	Consolidado						
	Saldos	Vencidos		Total		PCLD	
	Vincendos	Até 90 dias	Mais 90 dias	31/03/12	31/12/11 Reclassificado	31/03/12	31/12/11 Reclassificado
Setor Público	6.578	12	47	6.637	6.590	(44)	(44)
Setor Privado	94.002	5.216	8.100	107.318	106.476	(4.993)	(6.523)
Total	100.580	5.228	8.147	113.955	113.066	(5.037)	(6.567)
Circulante				74.990	87.313	(2.456)	(3.730)
Não Circulante				38.965	25.753	(2.581)	(2.837)

Os parcelamentos de débitos incluem juros e atualização monetária a taxas, prazos e indexadores comuns de mercado e os valores líquidos da PCLD são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia.

(c) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia - MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores de longo prazo compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A Provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com as normas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica da ANEEL e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, a Administração da Companhia e de suas controladas entenderam ser suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, inclusive títulos a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL.

	Consolidado			
	Consumidores	Títulos a Receber	Outros Créditos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (reclassificado)	(540.985)	(6.567)	(13.032)	(560.584)
Adições	(195.228)	(134)	(6.495)	(201.857)
Reversões	40.031	1.664	13.030	54.725
Baixados a Reserva	15.669	-	-	15.669
Saldos em 31 de março de 2012	(680.513)	(5.037)	(6.497)	(692.047)

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	Consolidado 31/03/12	Consolidado 31/12/11 Reclassificado
Disponíveis para venda						
Banco do Brasil		Fundo de Investimento	mar-13	Variável	9.950	15.069
Banco do Brasil	(a)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	437.065	253.692
Banco Itaú		Títulos Públicos	set-13	Selic	61.148	28.675
Banco Itaú		CDB	diversos	CDI	237.524	2.141
Banco Itaú	(b)	Títulos Públicos	mai-12 / ago-12 / fev-13	CDIC	1.023	999
Banco Itaú	(b)	CDB	out-13	CDI	-	307
Banco Nordeste do Brasil	(a)	Carteira de clientes/CDI	Diversos	CDI	29.377	28.701
Banco Nordeste do Brasil	(a)	CDB	jan-13	CDI	6.747	6.593
Banco Nordeste do Brasil	(a)	CDB	jan-14	CDI	5.185	5.067
Banco Nordeste do Brasil	(a)	CDB	dez-12	CDI	13.793	16.312
Banco Nordeste do Brasil	(a)	CDB	set-18	CDI	20.134	19.698
Banco Nordeste do Brasil	(a)	CDB	jul-16	CDI	35.914	39.037
Bradesco	(b)	Fundo Recife	(*)	CDI	29.735	4.782
Bradesco		Fundo de Investimento	(*)	CDI	29.741	7.502
Bradesco	(b)	CDB/CDI	Diversos	CDI	759	742
Bradesco	(b)	LFT	(*)	CDI	126.909	552
Bradesco	(b)	CDB	jan-13 / set-13	CDI	334	2.000
Bradesco	(b)	LFT	mar-12	CDI	-	226
Caixa Econômica Federal		CDB	jan-12 / fev-14	CDI	8.510	5.555
Caixa Econômica Federal		CDB	Diversos	CDI	17.336	16.822
Caixa Econômica Federal		LFT	Diversos	CDI	31.251	6.260
Caixa Econômica Federal		CDB	Diversos	CDI	-	565
Santander	(a)	CDB/CDI	(*)	CDI	102.041	-
Votorantim		CDB	Diversos	CDI	10.145	-
Votorantim	(b)	CDB	dez-12	CDI	4.862	4.839
Votorantim	(b)	CDB	dez-12	CDI	34	1.193
Votorantim		CDB	jun-13	CDI	-	9.889
Banco do Brasil		Fundo BB Polo	(*)	CDI	5.530	126
Banco Itaú		Fundo SSA DI	(*)	CDI	540	-
Caixa Econômica Federal		Fundo de Investimento	Diversos	CDI	1.377	-
Bradesco		Fundo de Investimento	(*)	CDI	1.329	-
Caixa Econômica Federal		CDB	Diversos		30	-
Votorantim		LFT	diversos	CDI	81.511	-
Sul América		Título de capitalização	set-12	TR	5	-
Total					1.309.839	477.344
Circulante					1.198.934	338.207
Não Circulante					110.905	139.137

(a) Constituem reservas reais para garantia de empréstimos junto às instituições financeiras.

(b) Constituem garantia para contrato de energia.

(*) Aplicações com liquidez sem vencimento pré-determinado.

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha, com carência igual ou maior que 90 dias a contar da data de aquisição, sem condição de resgate antecipado, indexados com base na variação percentual do CDI, valorização diária e com registro na CETIP.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

		Controladora		Consolidado	
	Ref.	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Circulante					
Imposto de Renda - IR	(a)	79.614	92.719	196.516	191.420
Contribuição Social - CSLL	(a)	2.956	3.843	49.362	28.304
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	-	-	81.088	79.475
Programa de Integração Social - PIS	(c)	-	-	15.387	14.813
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(c)	-	-	38.725	38.461
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		-	-	10.139	9.172
IOF		3.852	3.811	3.852	3.811
Imposto sobre Serviços - ISS		21	21	1.529	1.035
Outros		646	631	1.394	1.383
		87.089	101.025	397.992	367.874
Não-Circulante					
Contribuição Social - CSLL		-	-	161	-
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	-	-	90.214	85.102
Programa de Integração Social - PIS	(c)	-	-	49	304
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(c)	-	-	-	1.173
Recuperação Fiscal - REFIS	(d)	-	-	2.413	2.412
Outros		-	-	74	236
		-	-	92.911	89.227
Total		87.089	101.025	490.903	457.101

(a) Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados correspondem, principalmente, aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2° da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos, retenção na fonte referente a serviços prestados e saldo negativo do Imposto de Renda - IR e base de cálculo negativa da CSLL.

(b) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, registrado com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.

(c) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03, respectivamente, apuração mensal, das retenções/ antecipações de órgãos públicos e ajuste dos créditos provenientes de encargos de depreciação de máquinas e equipamentos e gastos com materiais aplicados na atividade de prestação de serviços, conforme disposto no Parecer SRFB COSIT nº 27/2008.

PIS/COFINS (Alargamento da Base de Cálculo) – A Neoenergia e suas controladas Coelba, Celpe, Cosern e Itapebi impetraram Mandado de Segurança com pedido de Liminar, em 21 de julho de 2004, no Tribunal Regional Federal – 1ª. Região, argüindo a inconstitucionalidade da Lei nº. 9.718/98 que incluiu na base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas derivadas de operações financeiras. A matéria foi julgada pelo STF resultando na declaração de inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo. Exaurido a fase recursal sem êxito para o Erário Federal, as Companhias obtiveram o direito de reconhecer o referido crédito, e, observando as exigências do CPC 25, procedeu no mês de setembro de 2010 o registro contábil do indébito tributário, que estão sendo compensados com outros tributos federais após homologação da Receita Federal do Brasil, no montante total de R$ 185.932, tendo como contrapartida o resultado do exercício daquele exercício, dos quais R$ 167.343 foram efetivamente utilizados até 31/03/2012.

(d) Crédito decorrente do pagamento de parcelas adicionais a título de Recuperação Fiscal (REFIS), em virtude da existência de uma diferença entre o valor do débito parcelado consolidado e o declarado pela Companhia, derivado de multas moratórias calculadas sobre o IRPJ, CSLL e FINSOCIAL. A Coelba impetrou Agravo de Instrumento e obteve a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Caso a decisão do mérito da demanda judicial seja favorável, a Coelba procederá à compensação do valor pago a maior. Vide nota explicativa nº. 25 – Provisões.

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS

A Neoenergia e suas controladas registraram os tributos e contribuições sociais diferidos sobre diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculo.

Para as empresas que optaram pelo regime fiscal do lucro real, o IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, a CSLL, o PIS e a COFINS estão constituídos, respectivamente as alíquotas de 9%, 1,65% e 7,6%. Para as empresas que optaram pelo regime fiscal do lucro presumido o PIS e a COFINS estão constituídos, respectivamente às alíquotas de 0,65% e 3,0%, as quais são aplicáveis aos contribuintes que elegeram ao regime cumulativo.

Segue abaixo composição do saldo de impostos e contribuições sociais:

	Ativo				Passivo			
	31/03/12		31/12/11		31/03/12		31/12/11	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de Renda								
Prejuízos Fiscais	2.165	541	2.131	533	-	-	-	-
Diferenças Temporárias	501.210	125.303	482.136	120.534	(74.211)	(18.515)	(50.979)	(12.708)
	503.375	125.844	484.267	121.067	(74.211)	(18.515)	(50.979)	(12.708)
Contribuição Social								
Base Negativa	2.165	195	2.131	192	-	-	-	
Diferenças Temporárias	444.455	40.000	442.684	39.842	(97.198)	(8.748)	(61.213)	(5.509)
	446.620	40.195	444.815	40.034	(97.198)	(8.748)	(61.213)	(5.509)
Total		166.039		161.101		(27.263)		(18.217)

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

	Consolidado			
	31/03/12		31/12/11	
Ativo	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	162.008	162.008	162.323	162.323
Provisão para passivo atuarial	290.632	290.632	291.672	291.672
Provisão para demissão voluntária	559	559	927	927
Provisão desvalorização de ativos financeiros	5.000	5.000	5.000	5.000
Provisão para contingências	225.823	225.823	217.011	217.011
Provisão agente arrecadador	2.099	2.099	2.099	2.099
Provisão PLR	19.021	19.021	9.919	9.919
Depreciação indedutível (Provisão para contingências ambientais)	5.056	5.056	5.021	5.021
Pis/Cofins diferidos	87.236	87.236	85.778	85.778
Incentivo Fiscal Sudene	42.506	-	34.961	-
Ajustes RTT				
Diferença entre valor justo do ano corrente e da adoção inicial	49.547	49.547	59.904	59.904
Déficit plano previdenciário	2.130	2.130	2.130	2.130
Ativos e passivos regulatórios	117.098	117.098	77.708	77.708
Custo de Captação	1.778	-	-	-
Outros	65.996	29.897	47.462	32.096
Total Ativo	1.076.489	996.106	1.001.915	951.588
Passivo				
Precatório Finsocial/PAES	(8.238)	(8.238)	(8.122)	(8.122)
Ajustes RTT				
Aplicação do "Hedge Accounting"	(1.427)	(1.427)	(2.128)	(2.128)
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(114.645)	(114.004)	(106.075)	(105.435)
Ajuste da quota anual de amortização	(121.228)	(121.228)	(117.576)	(117.576)
Capitalização/(Amortização) de juros de acordo com o IFRS	(141.696)	(141.696)	(138.709)	(138.709)
Déficit plano previdenciário	(443)	(443)	(443)	(443)
Superávit plano previdenciário	(48.025)	(48.025)	(48.025)	(48.025)
Ativos e Passivos regulatórios	(192.192)	(192.192)	(128.110)	(128.110)
Custo de Captação	(17.720)	(17.720)	(19.439)	(19.438)
Outros	(1.711)	(1.711)	-	-
Total Passivo	(647.325)	(646.684)	(568.627)	(567.986)
Total Líquido	**429.164**	**349.422**	**433.288**	**383.602**

Estudos técnicos de viabilidade, apreciados e aprovados pelos Conselhos de Administração e apreciados pelo Fiscal da Companhia e de suas controladas, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura das controladas e do mercado que as mesmas operam.

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de março de 2012 e 2011.

		Consolidado			
		31/03/12		31/03/11	
	Ref.	IR	CSLL	IR	CSLL
				(Reclassificado)	
Lucro contábil combinado antes do imposto de renda e contribuição social		547.915	547.915	467.142	467.142
Amortização do ágio e reversão da PMIPL		(12.542)	(12.542)	(12.651)	(12.651)
Ajustes decorrentes do RTT	(a)	(4.073)	(4.073)	(20.360)	(20.360)
Juros sobre capital próprio		(78.985)	(78.985)	(181.941)	(181.941)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT		452.315	452.315	252.190	252.190
Alíquota do imposto de renda e contribuição social		25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação		113.079	40.708	63.048	22.697
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:					
(+) Adições					
Amortização Ágio Participação Societária		6.362	2.290	6.452	2.323
Perda de Equivalência Patrimonial		638	230	-	-
Juros sobre Obras em Andamento - JOA		-	4	-	4
Contribuições e Doações		41	14	213	76
Multas Indedutíveis		530	191	23	8
Depreciação Veículos Executivos		102	37	112	40
Excesso Despesas Previdenciárias		729	262	805	291
Efeito Regime Lucro Presumido		1	-	-	-
Outras Adições		1.541	557	18.039	6.857
Subtotal Adições		9.944	3.585	25.644	9.599
(-) Exclusões					
Equivalência Patrimonial		(622)	(224)	-	-
Reversão da Provisão do Ágio		(3.677)	(1.324)	(4.014)	(1.444)
Reversão da PMIPL		(2.210)	(796)	(2.291)	(825)
Incentivo Fiscal SUDENE		(64.371)	-	(50.008)	-
Incentivos Audiovisual/Rouanet e PAT		(5.403)	(188)	(2.011)	-
Efeito Regime Lucro Presumido		(4.035)	(1.087)	(5.752)	(1.814)
Outras Exclusões		(8.712)	(619)	(7.619)	(2.636)
Subtotal Exclusões		(89.030)	(4.238)	(71.695)	(6.719)
Imposto de renda e contribuição social no período		33.993	40.055	16.997	25.577
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social gerado (compensado)		732	501	3.279	874
Imposto de renda e contribuição social no resultado		34.725	40.556	20.276	26.451
Corrente		35.836	38.252	32.741	31.082
Diferido		(1.111)	2.304	(12.465)	(4.631)
		34.725	40.556	20.276	26.451

(a) Regime Tributário de Transição

A Medida Provisória nº 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

A Neoenergia e suas controladas efetuaram sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009 (“DIPJ”) ano-calendário 2008 e adicionalmente em 30 de novembro de 2009 efetuou a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa nº 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC´s: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e baixa do ativo diferido), 04 (Ativo Intangível) – IAS38, 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários) – IAS39 , 20 (Custos de Empréstimos) – IAS23, 33 (Benefícios a Empregados) – IAS19, 38 (Instrumentos Financeiros) – IAS39 e ICPC 01 (Contratos de Concessão) – IFRIC12.

11. SERVIÇOS EM CURSO

	31/03/12	31/12/11
Serviço Próprio	201.158	184.480
Serviços Prestados a Terceiros	93.494	85.999
Transf.Fabric.Reparo de Materias	1.217	1.119
Saldos em 31 de março de 2012	295.869	271.598

Estão classificados neste grupo os serviços próprios e os serviços para terceiros em curso nos quais constam valores referentes aos gastos com Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Programa de Eficientização Energética – PEE, que serão transferidos para os respectivos grupos de taxas regulamentares (nota 22) quando os projetos forem concluídos.

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo, nos termos da lei.

		Controladora		Consolidado	
					Reclassificado
	Ref.	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Trabalhistas		1.870	1.870	96.758	93.172
Cíveis		11	11	58.354	52.932
Fiscais:		95.326	93.883	148.520	145.216
PIS / COFINS	(a)	95.326	93.883	107.351	105.739
Incentivo Fiscal SUDENE	(b)	-	-	7.509	7.329
Outros		-	-	33.660	32.148
Outros		-	-	8.742	8.441
Total		97.207	95.764	312.374	299.761

(a) Em 2006, a Neoenergia impetrou o mandado de segurança nº 2005.51.01.009039-0 visando impedir a cobrança de créditos tributários de PIS/COFINS que supostamente deixaram de ser recolhidos sobre o recebimento de juros sobre capital próprio (JCP) sendo proferida sentença nos autos do referido processo concedendo a segurança para declarar o direito da Neoenergia de não recolher as contribuições de PIS e COFINS sobre os valores recebidos a título de juros sobre capital próprio e de suas controladas e coligadas, bem como à compensação das parcelas recolhidas indevidamente nos últimos 10 anos, tendo a Fazenda Nacional interposto recurso de apelação. Em 12/04/2010, a 4ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região deu provimento ao recurso de apelação da União e à remessa necessária, para reformar a sentença favorável à Neoenergia proferida nos autos do referido mandado de segurança. A Neoenergia efetuou o depósito judicial do valor do PIS no montante de R$ 8.719 e da COFINS no montante de R$ 68.167, nos termos do artigo 63, §2º da Lei nº 9.430/96.

(b) Na Coelba, em virtude da desistência do processo judicial impetrado contra a Receita Federal que questionava a falta de exclusão da provisão para a manutenção da integridade do PL do cálculo do lucro da exploração, os depósitos judiciais realizados tornaram-se disponíveis para levantamento pela União. O saldo residual contabilizado corresponde aos depósitos feitos em duplicidade em decorrência da notificação feita pela Receita Federal através de carta cobrança, os quais estão sendo questionados judicialmente.

13. OUTROS ATIVOS

		Controladora		Consolidado	
					Reclassificado
	Ref.	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Subvenção à baixa renda - tarifa social	(a)	-	-	69.610	23.857
Adiantamentos a Empregados		5	3	15.969	3.585
Adiantamentos a Fornecedores		42	42	6.828	4.065
Serviços Prestados a Terceiros		-	-	6.747	6.539
Alienações em Curso		-	-	1.472	1.614
RGR a compensar		-	-	562	647
Precatório - Finsocial/PAES	(b)	-	-	13.282	13.152
Desativações em Curso	(c)	-	-	16.793	16.645
Dispêndios a Reembolsar em Curso	(d)	-	-	9.207	11.010
Cobrança extra judicial		-	-	6.272	6.424
Uso mútuo de postes		-	-	5.710	6.177
Títulos de crédito a receber		-	-	1.638	1.638
Adiantamentos de crédito a receber	(e)	25.203	25.197	25.203	25.884
Outros créditos a receber		-	-	11.404	6.920
Total		25.250	25.242	190.697	128.157
Ativo Circulante		10.130	10.107	165.046	102.413
Ativo Não Circulante		15.120	15.135	25.651	25.744

(a) O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa aos consumidores da classe residencial baixa renda. O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu a CDE como fonte para concessão de subvenção. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita e o montante de recursos a ser repassado.

(b) Precatórios Federais expedidos em julho de 2003 pelas controladas Coelba e Celpe, no valor de R$ 13.282, com expectativa de realização do saldo, que depende de aprovação em Lei de Orçamento Anual - LOA, em 10 (dez) prestações anuais, iguais e sucessivas, com acréscimo de juros legais, já tendo sido liberadas as 7 (sete) primeiras parcelas anuais.

(c) Referem-se a gastos efetuados para reforma de equipamentos das usinas geradoras de energia elétrica Baguari e EnergyWorks.

(d) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsáveis pelos beneficiários.

(e) Referem-se a adiantamento para aquisição de direitos da Rio PCH que serão recebidos com dividendos futuros do acionista não controlador e a adiantamento concedido para a Rede Bandeirantes para veiculação de mídia.

14. INVESTIMENTOS

Informações sobre as investidas.

Investidas	Ref.	Data-base	Ações possuídas (em milhares) Ordinárias	Ações possuídas (em milhares) Preferenciais	Participação no capital Integralizado %	Capital Realizado	Patrimônio Líquido	Lucro/Prejuízo Líquido no período
COELBA		31/03/12	98.122	67.179	87,84	542.163	2.465.396	163.186
		31/03/11	98.122	67.179	87,84	542.163	2.297.937	177.781
CELPE		31/03/12	66.023	864	89,65	590.174	1.657.860	50.876
		31/03/11	66.023	864	89,65	590.174	1.607.294	80.423
COSERN		31/03/12	110.782	31.153	84,45	179.787	840.733	69.304
		31/03/11	110.782	31.153	84,45	179.787	769.748	35.246
ITAPEBI		31/03/12	44.100	-	42,00	105.000	440.840	44.745
		31/03/11	44.100	-	42,00	105.000	396.096	983
TERMOPE		31/03/12	214.570	-	100,00	214.570	455.607	19.333
		31/03/11	214.570	-	100,00	214.570	436.273	19.046
BAGUARI I	(a)	31/03/12	87.133	-	100,00	87.133	101.728	3.871
		31/03/11	76.000	-	100,00	87.133	97.857	2.412
GOIAS SUL	(b)	31/03/12	109.643	-	100,00	188.446	188.735	2.659
		31/03/11	109.643	-	100,00	188.446	186.075	2.657
GERAÇÃO C III	(c)	31/03/12	128.566	-	100,00	147.575	168.821	3.895
		31/03/11	70.265	-	100,00	147.575	164.926	4.053
RIO PCH I	(d)	31/03/12	74.166	-	70,00	105.951	116.545	2.405
		31/03/11	74.166	-	70,00	105.951	114.140	4.055
BAHIA PCH I	(e)	31/03/12	49.174	-	100,00	108.937	120.350	4.953
		31/03/11	49.174	-	100,00	91.067	97.527	2.441
SE NARANDIBA		31/03/12	16.000	-	100,00	16.000	16.637	582
		31/03/11	1	-	100,00	16.000	16.055	(133)
AGUAS DA PEDRA	(f)	31/03/12	145.557	-	51,00	253.000	328.149	14.448
		31/03/11	145.557	-	51,00	253.000	313.978	17.402
TERMOAÇU	(g)	31/03/12	290.047	-	23,13	699.736	737.843	4.466
		31/03/11	290.047	-	23,93	161.849	169.634	744
GERAÇÃO CÉU AZUL		31/03/12	1	-	100,00	5.231	4.857	(3)
		31/03/11	1	-	100,00	5.231	4.860	(12)
NC ENERGIA		31/03/12	13.600	-	100,00	13.600	32.961	17.899
		31/03/11	13.600	-	100,00	15.486	15.741	7.296
NEOSERV	(h)	31/03/12	1	-	100,00	726	7.304	907
		31/03/11	1	-	100,00	2.631	8.302	(155)
GARTER		31/03/12	1	-	100,00	-	38	(2)
		31/03/11	1	-	100,00	-	40	(3)
AFLUENTE GERAÇÃO	(i)	31/03/12	98.122	67.179	87,84	30.916	45.056	2.706
		31/03/11	98.122	67.179	87,84	30.916	42.350	1.591
AFLUENTE TRANSMISSÃO	(i)	31/03/12	55.416	-	87,84	63.084	86.259	5.002
		31/03/11	55.417	-	87,84	63.084	81.257	4.723
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES	(j)	31/03/12	198.001	-	100,00	200.001	208.061	(1.453)
		31/03/11	-	-	100,00	200.001	209.514	2.662
NORTE ENERGIA		31/03/12	180.010	-	10,00	-	1.152.264	(1.121)
		31/03/11	-	-	-	-	-	-
ENERGYWORKS	(k)	31/03/12	214.479	-	100,00	117.964	136.125	3.445
		31/03/11	-	-	-	-	-	-
CAPUAVA	(k)	31/03/12	-	-	100,00	11.456	18.985	1.267
		31/03/11	-	-	-	-	-	-
ECIII		31/03/12	-	-	15,58	-	-	-
		31/03/11	-	-	-	-	-	-
NEOINVEST		31/03/12	24.200	-	100,00	24.200	22.930	(14)
		31/03/11	1	-	100,00	24.200	22.945	99
TELES PIRES	(l)	31/03/12	1	-	50,10	385.218	382.180	918
		31/03/11	-	-	-	-	-	-
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	(l)	31/03/12	192.994		100,00	192.994	191.472	460
		31/03/11	-		-	-	-	

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Investidas	Ref.	Data-base	Ações possuídas (em milhares) Ordinárias	Preferenciais	Participação no capital Integralizado %	Capital Realizado	Patrimônio Líquido	Lucro/Prejuízo Líquido no período
CALANGO I	(m)	31/03/12	1	-	50,00	25.548	25.552	4
		31/03/11	-	-	-	-	-	-
CALANGO II	(m)	31/03/12	1	-	50,00	24.982	24.986	4
		31/03/11	-	-	-	-	-	-
CALANGO III	(m)	31/03/12	1	-	50,00	25.392	25.396	4
		31/03/11	-	-	-	-	-	-
CALANGO IV	(m)	31/03/12	1	-	50,00	25.392	25.396	4
		31/03/11	-	-	-	-	-	-
CALANGO V	(m)	31/03/12	1	-	50,00	25.392	25.396	4
		31/03/11	-	-	-	-	-	-
MEL I	(m)	31/03/12	1	-	50,00	24.308	24.422	96
		31/03/11	-	-	-	-	-	-
ARIZONA I	(m)	31/03/12	1	-	50,00	23.862	23.864	2
		31/03/11	-	-	-	-	-	-
CAETITÉ I	(m)	31/03/12	1	-	50,00	25.770	25.778	6
		31/03/11	-	-	-	-	-	-
CAETITÉ II	(m)	31/03/12	1	-	50,00	27.562	27.610	42
		31/03/11	-	-	-	-	-	-
CAETITÉ III	(m)	31/03/12	1	-	50,00	25.682	25.690	6
		31/03/11	-	-	-	-	-	-
FORÇ. EÓLICA DO BRASIL	(m)	31/03/12	-	-	50,00	319.672	321.702	2.029
		31/03/11	-	-	- -	- -	- -	-
FORÇA EÓLICA PARTICIPAÇÕES	(m)	31/03/12	198.693	-	50,00	198.693	198.805	112
		31/03/11	-	-	- -	- -	- -	-

(a) BAGUARI I

A Baguari I Geração de Energia S.A. foi constituída em 11 de janeiro de 2006, com o propósito de participar do Consórcio UHE Baguari, com participação de 51% da Neoenergia, e onde participam também a SPE (49%) formada por CEMIG e Furnas. O Consórcio UHE Baguari é responsável pela construção e operação da UHE Baguari, empreendimento localizado no rio Doce, no estado de Minas Gerais. A energia será gerada através de quatro unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 140 MW. As obras para a implantação da UHE se iniciaram em 10 de maio de 2007, e sua entrada em operação comercial ocorreu em 09 de setembro de 2009.

(b) GOIÁS SUL

A Goiás Sul foi criada com o propósito de construir, operar e manter a PCH Goiandira e a PCH Nova Aurora, ambas localizadas no Rio Veríssimo, Goiás. A energia será gerada através de quatro unidades geradoras sendo duas para a PCH Goiandira (27 MW) e duas para a PCH Nova Aurora (21 MW). As obras para a implantação das PCHs se iniciaram em 31 de julho de 2007 e a PCH Goiandira entrou em operação comercial em dezembro de 2010 e a PCH Nova Aurora em março de 2011.

(c) GERAÇÃO CIII

A Geração CIII S.A. foi constituída com o propósito de participar do Consórcio Empreendedor Corumbá III, com a participação de 60%, onde também participam do consórcio a Companhia Energética de Brasília (CEB) e a Companhia Energética de Goiás (CELG). O Consórcio Empreendedor Corumbá IIII é responsável pela construção da UHE Corumbá III, empreendimento localizado no rio Corumbá, no Estado de Goiás. A energia será gerada através de duas unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 93,6 MW. As obras para implantação da UHE se iniciaram em 31 de agosto de 2007, e sua entrada em operação comercial ocorreu em 24 de outubro de 2009.

(d) RIO PCH I

A Rio PCH I foi constituída em 26 de janeiro de 2007, onde a Neoenergia tem participação majoritária em 70% e os 30% restantes pertencem à Performance Centrais Hidrelétricas Ltda., empresa que possui a autorização das Pequenas Centrais Elétricas de Pirapetinga (20MW) e Pedra do Garrafão (19 MW), no rio Itabapoana, divisa dos estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo. As PCHs Pirapetinga e Pedra do Garrafão entraram em operação comercial em agosto e setembro de 2009, respectivamente.

(e) BAHIA PCH I

A Bahia PCH I foi criada com o propósito de construir, operar e manter a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Sítio Grande, localizada no Rio das Fêmeas, município de São Desidério – BA. A energia será gerada através de duas unidades geradoras que terão potência instalada de 25 MW. Sua entrada em operação comercial ocorreu em julho de 2010, com venda de energia através de contrato bilateral a partir de dezembro de 2009.

(f) ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA (DARDANELOS)

A Neoenergia adquiriu no leilão de energia nº 004/06, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no dia 10 de outubro de 2006, a concessão para construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Dardanelos, com potência de 260 MW, localizada no rio Aripuanã, no estado do Mato Grosso. O Consórcio Aripuanã, formado pela Neoenergia (51%), Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e ELETRONORTE, é responsável pela construção da UHE Dardanelos. A UHE entrou em operação comercial em agosto de 2011.

(g) TERMOAÇU

A Termoaçu é uma usina termelétrica que tem como acionistas a Neoenergia e a Petrobrás. A energia elétrica gerada é destinada a suprir as distribuidoras de energia elétrica do Grupo Neoenergia e o vapor é usado pela Petrobrás para injeção contínua nos seus poços de petróleo, aumentando sua produção na região.

Em 18 de abril de 2005 foi firmado um Acordo de Acionistas que ratificou a transferência da gestão operacional do projeto Termoaçu para a Petrobras, motivo pelo qual essa empresa foi consolidada na Neoenergia proporcionalmente ao percentual de participação. O investimento da Neoenergia na Termoaçu continuará sendo avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

Em 08 de setembro de 2008, em razão de impasse em relação às condições comerciais da Termoaçu, os acionistas decidiram iniciar procedimento arbitral e firmaram um Acordo de Cooperação, garantindo o início da operação e estabelecendo disposições transitórias até a conclusão do processo. Como parte do Acordo de Cooperação, foi firmado contrato de locação pela Termoaçu à Petrobras, que deverá explorar, operar e manter as instalações da Usina.

As partes acordaram que a decisão do tribunal arbitral deverá retroagir para abranger no cálculo da condenação o período de vigência do Acordo de Cooperação.

O saldo do investimento líquido é composto como segue:

	Consolidado	
	31/03/12	31/12/11
Investimentos - ações	263.578	262.551
Ágio	31.738	31.738
(-) Provisão p/perda	(100.431)	(100.431)
Investimento líquido	194.885	193.858

A Administração, baseada no plano de negócios do projeto e considerando o atual estágio do processo arbitral efetuou em 2011 provisão para perda no montante de R$ 51.245 para cobrir eventuais incertezas, não prevendo perdas adicionais às já registradas. No evento do resultado do procedimento arbitral ser desfavorável a Companhia, é provável que o valor recuperável do investimento seja reduzido.

(h) NEOENERGIA SERVIÇOS

Em 08 de novembro de 2001, a Neoenergia, em sociedade com a NC Energia S.A. constituiu a Termo NC Ltda., que a partir de 12 de julho de 2007 adotou a razão social de Neoenergia Serviços LTDA - NEOSERV. A Neoenergia detém em conjunto com a NC Energia 100% do capital total da NEOSERV.

(i) AFLUENTE GERAÇÃO E AFLUENTE TRANSMISSÃO

A Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. foi constituída em 31 de agosto de 2005, atendendo a segregação de atividades na Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba no processo de desverticalização do setor elétrico brasileiro, determinado pelo Governo Federal e em atendimento ao contrato de concessão firmado entre a Coelba e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que anui com a versão patrimonial e conseqüentemente transfere a concessão de geração e transmissão de energia elétrica para uma empresa subsidiária.

A controlada comunicou, através de fato relevante, publicado em 16 de janeiro de 2009, que os diretores da Afluente e da Imanisse Participações S.A. (“Imanisse”), ambas controladas pela Neoenergia S.A., celebraram Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Afluente (“Protocolo de Cisão”), tendo por objeto a reestruturação societária da Afluente, mediante a cisão parcial dos ativos e passivos relacionados a atividade de transmissão desta controlada, e a incorporação desta parcela cindida pela Imanisse. Em reunião de Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, realizada no dia 1º de dezembro de 2009, foi aprovado o Processo de Cisão da Afluente. A cisão parcial da Afluente-G foi submetida à deliberação de seus acionistas em 29 de dezembro de 2009 e aprovada em Assembléia Geral Extraordinária de cada uma destas companhias, com a absorção da parcela cindida de seu patrimônio no montante de R$ 63.084, em virtude do

acervo líquido vertido, pela Afluente-T (atual denominação social da Imanisse Participações S.A.).

(j) BELO MONTE PARTICIPAÇÕES

A Neoenergia possui a participação de 100% em Belo Monte Participações, empresa de propósito especifica constituída para participar com 10% na Norte Energia S.A., empresa constituída para efetuar a construção da usina hidrelétrica Belo Monte, no Rio Xingu, Estado Pará com a potência instalada de 11.233 MW. Os principais acionistas na Norte Energia são as empresas do Grupo Eletrobrás (49,98%), Petros e Funcef (20%), Cemig e Light (10%) e Vale (9%).

(k) ENERGYWORKS

Em 03 de janeiro de 2011 a Neoenergia firmou contrato com o Grupo Iberdrola, seu acionista, para compra da empresa de cogeração EnergyWorks do Brasil Ltda, que possui seis plantas de geração de energia elétrica e vapor, movidas a gás natural, instaladas em indústrias dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Ceará.

A EnergyWorks tem uma capacidade instalada atual de 93 MW e produção de 405 ton/h de vapor. A empresa foi fundada nos Estados Unidos em 1995 pela Pacific Corporation e iniciou suas operações em 1997, sendo a primeira de cogeração a operar no Brasil com plantas na modalidade de Produtor Independente de Energia & PIE.

A aquisição da EnergyWorks foi efetuada a valor de mercado, pelo montante global de R$ 162.267, liquidado em dinheiro. O valor contábil da controlada na data da aquisição era de R$ 133.175. A Companhia contratou consultor externo para proceder a análise de mensuração e alocação do preço de compra, conforme preconiza o CPC 15 (IFRS 3R). O excesso sobre o valor patrimonial da adquirida foi alocado a ativos imobilizados identificáveis nas demonstrações financeiras consolidadas, considerando seus valores de reposição e de mercado. Assim, o valor justo preliminar da adquirida está como segue:

	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	22.687
Contas a receber	6.339
Impostos a recuperar	4.601
Ativo imobilizado	142.341
Ativo Intangível	8.308
Outros ativos	791
Fornecedores	1.800
Salários e encargos a pagar	1.204
Imposto de renda e contribuição social	16.548
Outros impostos a pagar	1.231
Outras contas a pagar	2.017
Preço de aquisição	162.267
Valor contábil na data de aquisição	(133.175)
Preço de compra alocado	29.092

A aquisição se coaduna com os objetivos estratégicos da Companhia de investir no segmento de cogeração de energia.

(l) TELES PIRES

O Consórcio Teles Pires Energia Eficiente, formado por Neoenergia (50,1%), Furnas (24,5%), Eletrosul (24,5%) e Odebrecht (0,9%) adquiriu no leilão de energia A-5, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no dia 17 de dezembro de 2010, a concessão para a construção da Usina Hidrelétrica de Teles Pires e as respectivas instalações de transmissão.

A Usina será construída no rio Teles Pires, entre os municípios de Paranaíta (MT) e Jacareacanga (PA) e terá potência instalada de 1.820 MW. A parcela de energia produzida e negociada no leilão será objeto de Contratos de Comercialização de Energia, com prazo de duração de 30 anos e início de suprimento em 1º de janeiro de 2015.

Em 2011 foi constituída a empresa Teles Pires Participações, controladora direta da Companhia Hidrelétrica Teles Pires, com o intuito de efetuar captação de recursos para a realização do investimento.

(m) FORÇA EÓLICA DO BRASIL

No leilão de energia nº 002/10, realizado em 26 de agosto de 2010, a Neoenergia, em parceria com a Iberdrola Renováveis, conquistou participação de 50% nos contratos de compra e venda de energia de nove parques de geração de energia eólica, nos Estado da Bahia e Rio Grande do Norte, que terão potência instalada de 258 MW.

A Força Eólica do Brasil é detentora das ações da Força Eólica Participações, holding criada para controlar cinco dos dez parques eólicos conquistados, sendo que os demais cinco parques eólicos são controlados diretamente pela Força Eólica do Brasil.

Apresentamos abaixo a movimentação do saldo de investimentos:

	Saldos em 31 de dezembro de 2011	Aumento de capital	Redução de Capital	Outros Resultados Abrangentes	Equivalência patrimonial	Amortização de ágio	Dividendos e JSCP	Saldos em 31 de março de 2012
NEOINVEST.	22.944	-	-	-	(11)	-	-	22.933
COELBA	2.439.857	-	-	3.754	143.346	(8.891)	-	2.578.066
CELPE	1.901.093	-	-	(279)	45.609	(8.918)	-	1.937.505
COSERN	839.140	-	-	1.420	58.528	(3.765)	-	895.323
ITAPEBI	192.711	-	-	-	18.791	(684)	-	210.818
TERMOPE	462.235	-	-	-	19.333	(1.001)	-	480.567
BAGUARI I	97.856	-	-	-	3.871	-	-	101.727
GOIAS SUL	186.075	-	-	-	2.660	-	-	188.735
GERAÇÃO CIII	164.926	-	-	-	3.892	-	-	168.818
RIO PCH I	94.726	-	-	-	1.684	-	-	96.410
BAHIA PCH I	97.527	17.870	-	-	4.953	-	-	120.350
SE NARANDIBA	16.055	-	-	-	589	-	-	16.644
AGUAS DA PEDRA	160.128	-	-	-	7.186	-	42	167.356
TERMOAÇU	193.858	-	-	-	1.027	-	-	194.885
GERAÇÃO CÉU AZUL	4.860	-	-	-	(4)	-	-	4.856
NC ENERGIA	15.754	-	(1.886)	-	19.107	-	(13)	32.962
NEOSERV	83	-	(19)	-	9	-	-	73
GARTER	40	-	-	-	(1)	-	-	39
AFLUENTE GERAÇÃO	37.202	-	-	-	2.374	-	-	39.576
AFLUENTE TRANSMISSÃO	71.378	-	-	-	4.396	-	-	75.774
BELO MONTE PART.	207.419	-	-	-	(1.438)	-	-	205.981
ENERGY WORKS	161.164	-	-	-	3.444	(1.899)	-	162.709
BAHIA PCH II	878	-	-	-	-	-	-	878
TELES PIRES	190.860	-	-	-	613	-	-	191.473
SPE EÓLICA	16	164.414	-	-	1.015	-	-	165.445
TOTAL	**7.558.785**	**182.284**	**(1.905)**	**4.895**	**340.973**	**(25.158)**	**29**	**8.059.903**

15. IMOBILIZADO

Por natureza, o valor dos ativos imobilizados consolidados está composto da seguinte forma:

	31/03/12				31/12/11
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido Reclassificado
Em serviço					
Terrenos		65.380	-	65.380	65.180
Reservatórios, Barragens e Adutoras		1.357.976	(93.380)	1.264.596	1.302.188
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	4%	653.738	(140.776)	512.962	517.382
Máquinas e Equipamentos	5%	1.905.069	(405.752)	1.499.317	1.489.179
Veículos	20%	2.224	(1.089)	1.135	1.192
Móveis e Utensílios	9%	5.798	(2.984)	2.814	3.196
Subtotal		3.990.185	(643.981)	3.346.204	3.378.317
Em curso					
Terrenos		685	-	685	140
Reservatórios, Barragens e Adutoras		11.058	-	11.058	9.506
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		174.468	-	174.468	100.518
Máquinas e Equipamentos		83.416	-	83.416	55.794
Móveis e Utensílios		979	-	979	876
Material em Depósito		23.039	-	23.039	21.290
Outros		203.156	-	203.156	185.957
Subtotal		496.801	-	496.801	374.081
Total		4.486.986	(643.981)	3.843.005	3.752.398

De acordo com os artigos nºs 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na subtransmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A ANEEL, através do ofício nº 459/2001 - SFF/ANEEL, de 26/06/2001, autorizou a doação dos direitos emergentes, bens e instalações da concessão em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia e suas controladas no âmbito do financiamento direto, repasse e emissão de debêntures na controlada Itapebi.

A mutação do ativo imobilizado está demonstrada abaixo:

	Em serviço			Em curso		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Valor líquido	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	3.988.685	(610.368)	3.378.317	374.081	374.081	3.752.398
Adições	5	(1.474)	(1.469)	123.458	123.458	121.989
Baixas	-	-	-	-	-	-
Amortização	(62)	(31.320)	(31.382)	-	-	(31.382)
Transferências	1.557	(819)	738	(738)	(738)	-
Saldos em 31 de março de 2012	3.990.185	(643.981)	3.346.204	496.801	496.801	3.843.005

16. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 10, de 07 de agosto de 1997 e aditivos posteriores, nº 26, de 30 de março de 2000 e aditivos posteriores, e nº 08, de 31 de dezembro de 1997 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Coelba, Celpe, Cosern, Afluente T, SE Narandiba e Afluente G (Concessionária - Operador), respectivamente, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica pelas Companhias, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;

- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infra-estrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos

constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infra-estrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e

- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de energia elétrica das controladas, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 17).

A infra-estrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível das controladas é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (Concessão) está assim apresentada:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.177.092
Adições	85
Baixas	(154)
Amortização/Reversão	(7.611)
Transferências	688.237
Atualização Monetária / Valor Justo	16.107
Saldos em 31 de março de 2012	1.873.756
Circulante	31.492
Não Circulante	1.842.264

As concessões das controladas não são onerosas, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

17. INTANGÍVEL

Por natureza, o ativo intangível está constituído da seguinte forma:

	31/03/12					31/12/11
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço						
Direito de Uso da Concessão	5,28	8.285.206	(2.630.336)	(380.894)	5.273.976	5.815.058
Ágio atribuído a Concessão	4,57	2.352	-	-	2.352	2.352
Direito de Uso de Software	19,61	4.393	(1.768)	-	2.625	2.039
Outros		50.762	(3.607)	-	47.155	47.856
Subtotal		8.342.713	(2.635.711)	(380.894)	5.326.108	5.867.305
Em curso						
Direito de Uso da Concessão		1.076.512	-	8.148	1.084.660	1.010.967
Direito de Uso de Software		292	-	-	292	248
Outros		11.882	-	-	11.882	9.616
Subtotal		1.088.686	-	8.148	1.096.834	1.020.831
Total		9.431.399	(2.635.711)	(372.746)	6.422.942	6.888.136

A movimentação do ativo intangível está demonstrada abaixo:

	Em serviço				Em curso			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (Reclassificado)	8.948.082	(2.515.054)	(565.723)	5.867.305	929.973	90.858	1.020.831	6.888.136
Adições	-	-	-	-	390.224	(47.166)	343.058	343.058
Baixas	(8.413)	6.363	-	(2.050)	(378)	-	(378)	(2.428)
Amortização	-	(128.206)	24.719	(103.487)	-	-	-	(103.487)
Transferências - Intangiveis	161.230	-	43.308	204.538	(182.351)	(43.308)	(225.659)	(21.121)
Transferências - Ativos Financeiros	(757.144)	-	116.783	(640.361)	(50.248)	2.371	(47.877)	(688.238)
Transferências - Outros	(1.042)	1.186	19	163	1.466	5.393	6.859	7.022
Saldos em 31 de março de 2012	8.342.713	(2.635.711)	(380.894)	5.326.108	1.088.686	8.148	1.096.834	6.422.942

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro - ativo indenizável - concessão (Vide nota explicativa nº 16).

A Resolução Normativa ANEEL n◦ 474 de 07/02/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infra-estrutura de distribuição e no valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos das controladas era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e o conseqüente um aumento da parcela residual da infra-estrutura que as controladas esperam receber como indenização ao final do período da Concessão. Como conseqüência, houve uma redistribuição da infra-estrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, em decorrência da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

As controladas realizaram os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da Concessão e do montante atribuível ao ativo intangível. Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, essa remensuração da infraestrutura resultou em uma reclassificação da conta de ativo intangível para o ativo financeiro (Vide Nota 16),

sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

(a) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média de 4,91%, 4,08% e 5,31% na Coelba, Celpe e Cosern, respectivamente, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (na Coelba e Cosern, a partir de abril de 2008 e na Celpe, a partir de abril de 2009).

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

(b) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e

- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

18. FORNECEDORES

A Composição do saldo em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
Fornecedores	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
				Reclassificado
Energia Elétrica:	-	-	431.380	410.978
Encargos de Uso da Rede	1.906	2.422	74.530	65.816
Materiais e Serviços	-	-	255.006	331.741
Energia Livre	-	-	76.093	61.511
Total	1.906	2.422	837.009	870.046
Circulante	1.906	2.422	774.739	808.887
Não Circulante	-	-	62.270	61.159

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº. 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADEE, os quais impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28 de setembro de 2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida.

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS

		Consolidado					
	Taxa	Encargos		Principal		Total	
Composição da dívida	Efetiva	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	31/03/12	31/12/11
Moeda nacional							Reclassificado
Banco do Nordeste	10% a.a.	5	-	10.013	8.192	18.210	21.992
Subtotal - Banco do Nordeste		5	-	10.013	8.192	18.210	21.992
							-
BNB	10% a 10,50% a.a. / TJLP +	1.992	-	98.783	404.134	504.909	525.773
(-) Custos de transação	3,21% a.a.	-	-	(1.199)	(2.654)	(3.853)	(4.172)
Subtotal - BNB		1.992	-	97.584	401.480	501.056	521.601
BNB 6	10% a 10,11% a.a.	121	-	26.884	87.374	114.379	121.108
(-) Custos de transação		-	-	(128)	(182)	(310)	(348)
Subtotal - BNB 6		121	-	26.756	87.192	114.069	120.760
BNDES	4,25% a 4,50% a.a. / TJPL +	2.782	-	116.113	1.129.200	1.248.095	1.314.354
(-) Custos de transação	2,12% a 3,12% a.a.	-	-	(600)	(1.551)	(2.151)	(607)
Subtotal - BNDES		2.782	-	115.513	1.127.649	1.245.944	1.313.747
							-
BNDES Emergencial	Selic + 1% a.a.	3.767	-	224.687	-	228.454	159.990
Subtotal - BNDES Emergencial		3.767	-	224.687	-	228.454	159.990
BNDES FINEM	2,12% a 8,06% a.a. / TJLP +	3.295	-	133.179	758.010	894.484	897.908
(-) Custos de transação	3,12% a 4,30% a.a.	-	-	(38)	(37)	(75)	(88)
Subtotal - BNDES FINEM		3.295	-	133.141	757.973	894.409	897.820
Eletrobrás	5% a 5,45% a.a.	-	-	36.216	194.989	231.205	239.797
(-) Custos de transação		-	-	(204)	(816)	(1.020)	(725)
Subtotal - Eletrobrás		-	-	36.012	194.173	230.185	239.072
FINEP	TJLP + 2% a 5% a.a. / 5% a	253	-	18.956	93.784	112.993	117.491
(-) Custos de transação	5,27% a.a.	-	-	(232)	(511)	(743)	(809)
Subtotal - FINEP		253	-	18.724	93.273	112.250	116.682
Banco do Brasil	12,15% a 15,6% a.a. / CDI +	62.152	37.315	90.000	792.263	981.730	967.669
(-) Custos de transação	1% a.a.	-	-	(3.067)	(4.403)	(7.470)	(8.317)
Operações com Swap		-	-	-	(24.716)	(24.716)	(17.922)
Subtotal - Banco do Brasil		62.152	37.315	86.933	763.144	949.544	941.430
Banco do Brasil		10.297	-	3.590	114.492	128.379	87.141
(-) Custos de transação		-	-	(571)	(482)	(1.053)	(1.190)
Subtotal - Banco do Brasil		10.297	-	3.019	114.010	127.326	85.951
BONDS BRL		19.975	-	-	400.000	419.975	408.224
(-) Custos de transação		-	-	(850)	(2.613)	(3.463)	(3.627)
Subtotal - BONDS BRL		19.975	-	(850)	397.387	416.512	404.598
Outros	2% a.a. / 5,5% a.a.	-	-	17	31	48	52
Subtotal - Outros		-	-	17	31	48	52
Total moeda nacional		**104.639**	**37.315**	**751.549**	**3.944.504**	**4.838.007**	**4.823.695**
Moeda estrangeira							
Kreditanstalt fur Wiederaufbau – KfW	2% a.a. / 4,5% a.a.	74	-	1.224	5.148	6.446	6.205
Operações com Swap		-	-	139	(177)	(38)	334
Subtotal - Kreditanstalt fur Wiederaufbau – KfW		74	-	1.363	4.971	6.408	6.539
Safra Cayman		1.874	-	5.453	265.754	273.081	273.156
Operações com Swap		-	-	26.852	(9.305)	17.547	9.214
Subtotal - Safra Cayman		1.874	-	32.305	256.449	290.628	282.370
BANK OF AMERICA		158	-	(216)	16.593	16.535	16.456
Operações com Swap		-	-	(1.723)	316	(1.407)	(1.731)
Subtotal - BANK OF AMERICA		158	-	(1.939)	16.909	15.128	14.725
Total moeda estrangeira		**2.106**	**-**	**31.729**	**278.329**	**312.164**	**303.634**
Total		**106.745**	**37.315**	**783.278**	**4.222.833**	**5.150.171**	**5.127.329**

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, notas promissórias, imóveis administrativos, fiança bancária ou aplicações financeiras vinculadas (contas reservas), cessão condicional de contratos, penhor dos direitos relacionados à concessão, manutenção de conta reserva e aval da Neoenergia S.A..

a) Captações de recursos:

Coelba
Eletrobrás – Em 10/01/2012 a Companhia assinou o Contrato de Financiamento nº ECFS – 324/2011 (7ª Tranche) para financiar parte dos investimentos realizados no âmbito do Programa Luz Para Todos, através da Reserva Global de Reversão – RGR. Neste trimestre foi liberado o montante de R$ 18.308.

Celpe
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: a Companhia recebeu o volume de R$ 38.410 do BNDES para financiar parte dos investimentos realizados em 2012, provenientes do contrato de financiamento Nº 08.2.1089.1 assinado em março de 2009 e aditado em março e agosto de 2010 e março de 2011.

b) Condições restritivas financeiras (covenants):

Os contratos mantidos com o BNDES/FINEM e os Títulos Externos contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos.

Nas informações trimestrais de 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, as controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

c) Vencimento das parcelas de longo prazo:

	Consolidado					
	31/03/12			31/12/11		
	Dívida	Custos Transação	Total Líquido	Dívida	Custos Transação	Total Líquido
2013	358.871	(4.587)	354.284	464.939	(6.053)	458.886
2014	1.135.180	(4.713)	1.130.467	1.128.501	(4.657)	1.123.844
2015	925.130	(2.632)	922.498	910.566	(2.581)	907.985
2016	772.416	(798)	771.618	765.328	(751)	764.577
Após 2016	1.081.798	(517)	1.081.281	1.060.351	(393)	1.059.958
Total	4.273.395	(13.247)	4.260.148	4.329.685	(14.435)	4.315.250

d) Mutação dos empréstimos e financiamentos:

	Consolidado				
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		
	Passivo Circulante	Não Circulante	Passivo Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	780.955	4.042.740	31.124	272.510	5.127.329
Ingressos	82.236	56.718	-	-	138.954
Encargos	95.452	5.349	1.957	-	102.758
Variação monetária e cambial	-	-	66	(8.572)	(8.506)
Swap	-	(1.809)	8.583	5.734	12.508
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	68	(4.212)	4.975	831
Transferências	114.489	(121.510)	(3.683)	3.682	(7.022)
Amortizações e pagamentos de juros	(218.115)	-	-	-	(218.115)
(-) Custos de Transação	1.171	263	-	-	1.434
Saldos em 31 de março de 2012	856.188	3.981.819	33.835	278.329	5.150.171

20. DEBÊNTURES E ENCARGOS

Para as debêntures foram dadas garantias de receita própria e aval do acionista controlador.

							Consolidado				
							31/03/12				31/12/11
							Encargos	Principal			
Empresa	Debêntures	Série	Quantidade de Títulos Emitidos	Remuneração	Taxa Efetiva	Swap	Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	Total
COELBA	3ª Emissão	Única	3.000	V.C. + 10,8% a.a.	10,80%	IGPM+13,95% a.a.	198	5.861	4.921	10.980	17.470
	Operações com swap						-	14.725	12.902	27.627	40.398
	Subtotal - 3ª Emissão						198	20.586	17.823	38.607	57.868
	6ª Emissão	Única	35.392	CDI + 0,6% a.a.	11,52%		8.378	78.642	157.318	244.338	238.116
	(-) Custos de transação						-	(339)	(260)	(599)	(705)
	Subtotal - 6ª Emissão					Não aplicável.	8.378	78.303	157.058	243.739	237.411
	7ª Emissão	Única	80	106,70% CDI	12,90%		2.389	80.000	-	82.389	80.280
	(-) Custos de transação						-	(72)	-	(72)	(95)
	Subtotal - 7ª Emissão						2.389	79.928	-	82.317	80.185
CELPE	2ª Emissão	1ª	-	108,5% do CDI	15,27% a.a	Não aplicável	2.487	97.959	48.980	149.426	199.690
	(-) Custos de transação						-	(521)	(83)	(604)	(808)
	Subtotal - 2ª Emissão						2.487	97.438	48.897	148.822	198.882
	3ª Emissão	Única	-	105% do CDI	13,67% a.a	Não aplicável	251	83.002	-	83.253	83.296
	(-) Custos de transação						-	(50)	-	(50)	(76)
	Subtotal - 3ª Emissão						251	82.952	-	83.203	83.220
	4ª Emissão	Única	-	111,3% do CDI	14,65%	Não aplicável	18.037	-	352.194	370.231	360.352
	(-) Custos de transação						-	(309)	(939)	(1.248)	(1.324)
	Subtotal - 4ª Emissão						18.037	(309)	351.255	368.983	359.028
COSERN	4ª Emissão	Única	16.360	CDI + 0,6% a.a		Não aplicável	3.808	35.738	71.492	111.038	108.210
	(-) Custos de transação						-	(257)	(194)	(451)	(529)
	Subtotal - 4ª Emissão						3.808	35.481	71.298	110.587	107.681
TERMOPE	2ª emissão	1ª	-	105% CDI a.a		Não aplicável	1.782	99.000	193.000	293.782	318.177
	(-) Custos de transação						-	(373)	(727)	(1.100)	(1.176)
	Subtotal - 2ª emissão						1.782	98.627	192.273	292.682	317.001
ITAPEBI	3ª Emissão	3a.		111% CDI a.a.			9.589	-	187.760	197.349	192.090
	(-) Custos de transação						-	(156)	(481)	(637)	(677)
	Subtotal - 3ª Emissão					Não aplicável	9.589	(156)	187.279	196.712	191.413
Total							46.919	492.850	1.025.883	1.565.652	1.632.689

a) Condições restritivas financeiras (covenants):

As escrituras de emissões das debêntures prevêem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Nas informações trimestrais de 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, as controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

b) Vencimento das parcelas de longo prazo:

	Consolidado					
	31/03/12			31/12/11		
	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido
2012	-	-	-	-	-	-
2013	244.040	(957)	243.083	417.426	(1.413)	416.013
2014	243.639	(857)	242.782	243.218	(1.014)	242.204
2015	141.254	(247)	141.007	216.646	(365)	216.281
2016	216.358	(604)	215.754	216.646	(241)	216.405
Após 2016	183.276	(19)	183.257	108.328	(67)	108.261
Total	1.028.567	(2.684)	1.025.883	1.202.264	(3.100)	1.199.164

c) Mutação das debêntures:

	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	433.525	1.199.164	1.632.689
Encargos	40.981	-	40.981
Variação monetária e cambial	(225)	(558)	(783)
Swap	794	1.246	2.040
Efeito cumulativo marcação a mercado	(67)	(64)	(131)
Transferências	174.261	(174.261)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(109.774)	-	(109.774)
(-) Custos de transação	274	356	630
Saldos em 31 de março de 2012	539.769	1.025.883	1.565.652

21. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	Consolidado	
	31/03/12	31/12/11
Salários	12.105	11.712
Encargos sociais	7.723	7.440
Provisões Férias e 13° salário	30.466	26.066
Encargos Sobre Provisões de Férias e 13° salário	7.222	8.391
Provisão PLR	20.590	10.851
Outros	1.171	979
Total	79.277	65.439

22. TAXAS REGULAMENTARES

As obrigações a recolher derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

		Consolidado	
	Ref.	31/03/12	31/12/11
Reserva Global de Reversão – RGR		23.925	22.020
Conta de Consumo de Combustível – CCC		38.126	38.123
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		6.253	5.640
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		3.977	4.189
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		1.202	1.304
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	120.926	114.031
Programa de Eficientização Energética - PEE	(a)	201.701	191.679
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		1.690	1.682
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos - CFURH		3.282	2.325
Encargo do Serviço do Sistema - ESS		7.958	7.723
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional		3.474	3.794
Total		412.514	392.510
Passivo Circulante		334.524	289.856
Passivo Não Circulante		77.990	102.654

(a) A Coelba, Celpe e Cosern reconheceram os passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subseqüente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n˚s. 300/2008 e 316/2008. Os valores desembolsados referentes aos projetos que já foram iniciados estão registrados na conta contábil Serviços em curso no ativo circulante e são liquidados quando da finalização de cada projeto.

23. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Circulante				
Imposto de Renda - IR	6.183	11.235	49.295	22.906
Contribuição Social - CSLL	-	-	38.544	8.701
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	1	1	189.849	188.616
Programa de Integração Social - PIS	9.897	10.782	25.764	25.607
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	77.369	80.912	149.335	148.088
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	103	100	11.231	12.507
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	10	9	2.066	2.510
IOF	121	121	121	121
Imposto sobre Serviços - ISS	3	10	8.203	7.432
Parcelamento de Tributos	41	30	241	1.128
Outros	-	-	12.144	10.803
	93.728	103.200	486.793	428.419
Não-Circulante				
Imposto de Renda - IR	-	-	5.621	7.275
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	-	-	2.624	2.361
Programa de Integração Social - PIS	-	-	298	292
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	420	415
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	-	-	-	115
	-	-	8.963	10.458
Total	93.728	103.200	495.756	438.877

Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) correspondem, principalmente, aos montantes recolhidos e a recolher quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2° da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996e serão compensados com os saldos de impostos e contribuições a compensar quando da entrega da declaração anual do imposto de renda (vide nota explicativa nº 10).

24. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Em reuniões do Conselho de Administração e Ata da Assembléia Geral Ordinária, foram aprovadas as declarações de juros sobre capital próprio e dividendos, referentes ao primeiro trimestre de 2012, da seguinte forma:

			Valor por ação		
Deliberação	Provento	Valor deliberado	ON	PNA	PNB
2012					
RCA de março de 2012	JSCP	78.985	0,013500241	N/A	N/A
		78.985			

A formação dos saldos é como segue:

	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2011	133.910
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:	
Declarados	78.985
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(6.041)
Pagos no período	(133.910)
Saldos em 31 de março de 2012	72.944

25. PROVISÕES

As provisões constituídas para contingências passivas estão compostas como segue:

	Contingências				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	119.531	85.050	15.961	12.197	232.739
Constituição	9.962	7.190	283	-	17.435
Baixas/reversao	(7.771)	(11.216)	(8)	-	(18.995)
Remuneração	4.832	2.931	327	7	8.097
Saldos em 31 de março de 2012	126.554	83.955	16.563	12.204	239.276

A Administração da Companhia e suas controladas consubstanciadas na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra as controladas, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Contingência Trabalhista	Ref.	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado 31/03/12	Valor Provisionado 31/12/11
Ex-empregados da Companhia		51.593	1ª, 2ª e 3ª	Provável	51.593	48.094
		311.187	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		58.387	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras		61.699	1ª, 2ª e 3ª	Provável	61.699	57.606
		237.950	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		69.792	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados		13.262	1ª, 2ª e 3ª	Provável	13.262	13.831
		65.674	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		8.786	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		878.330			126.554	119.531

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

Contingência Cível	Ref.	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado 31/03/12	Valor Provisionado 31/12/11
Clientes – Tarifas Plano Cruzado	(a)	16.401	1ª, 2ª e 3ª	Provável	16.401	17.638
		3.664	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.947	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Indenização por perdas	(b)	39.875	1ª, 2ª e 3ª	Provável	39.875	38.325
		644.432	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		14.633	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho	(c)	9.825	1ª, 2ª e 3ª	Provável	9.825	10.176
		54.537	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		3.951	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Comerc. Energia e produtos	(d)	3.596	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.596	3.402
		45.513	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		14.561	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo		6.947	1ª, 2ª e 3ª	Provável	6.947	6.910
		80.950	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.390	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empréstimo compulsório		15	1ª, 2ª e 3ª	Provável	15	14
		5.922	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		84	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
		-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	-
Iluminação pública		4.959	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.471	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Negativação SPC e Serasa		1.168	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.168	1.107
		5.324	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		198	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Societário Ações		804	1ª, 2ª e 3ª	Provável	804	2.382
		276	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Racionamento de Energia Elertrica		15	1ª, 2ª e 3ª	Provável	15	16
		2.033	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		9	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Outras	(e)	5.309	1ª, 2ª e 3ª	Provável	5.309	5.080
		151.364	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		8.060	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		1.135.233			83.955	85.050

Nas controladas, os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

(a) Clientes - Plano Cruzado - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

(b) Indenização por Perdas - Referem-se a diversas ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades das Concessionárias. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.

(c) Acidente terceiros/trabalho - Referem-se a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas, nas quais a Companhia e suas controladas são ré, envolvendo danos morais e/ou danos materiais.

(d) Comercialização de Energia, Serviços e Produtos - Referem-se a diversas ações cíveis e comerciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais as controladas são ré, envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida com pedido de tutela antecipada, execução de título judicial, declaratória de inexistência de débito.

(e) Outras - Diversas ações movidas por pessoas físicas e jurídicas envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida, litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, bem como demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica e serviços e outros.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Contingência Fiscal	Ref.	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado 31/03/12	Valor Provisionado 31/12/11
ICMS	(a)	913	1ª, 2ª e 3ª	Provável	913	895
		411.048	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
ISS	(b)	2.470	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.470	2.432
		70.801	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.813	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CPMF	(c)	2.940	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.640	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CSLL	(d)	184	1ª, 2ª e 3ª	Provável	184	184
		66.813	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		10.986	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
TLF/IPTU	(e)	3	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3	3
		3.038	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.615	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
REFIS	(f)	17.401	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
PIS/COFINS	(g)	131.167	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
COFINS	(h)	434	1ª, 2ª e 3ª	Provável	434	433
		22.687	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		16.950	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
IRPJ	(i)	490	1ª, 2ª e 3ª	Provável	490	490
		1.289.968	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		18.659	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
INSS	(j)	8.797	1ª, 2ª e 3ª	Provável	8.797	8.614
		988	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
ITD S/DOAÇÕES RECEBIDAS	(k)	2.265	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		267	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CIDE	(l)	4.883	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		439	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Taxas Diversas	(m)	6.995	Administrativa	Possível	-	-
		4.219	Administrativa	Remota	-	-
Incentivo Fiscal SUDENE	(n)	4.586	Judicial	Possível	-	-
Outras	(o)	3.272	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.272	2.910
		50.503	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		3.523	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		2.165.758			16.563	15.961

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

(a) ICMS - Na Cosern referem-se diversas ações movidas pelos municípios do Rio Grande do Norte objetivando a nulidade da remissão do ICMS para a Cosern antes da privatização da empresa, compreendendo o período de março de 1989 a junho de 1996, aonde os consultores legais entendem que a maior parte dos valores cobrados já se encontram prescritos e que a responsabilidade por indenizar os municípios seria do

Governo do Estado do Rio Grande do Norte. É possível alguma condenação para a controlada, em virtude do não recolhimento do ICMS no período supracitado, desde que o crédito não esteja atingido pela decadência ou prescrição. Entretanto, os valores ainda não são passíveis de estimativa considerando a fase atual dos processos.

Na Celpe refere-se à autuação que ensejou a discussão sobre o valor do desconto, mediante o limite da legislação em vigor permitido e, autuação sobre isenções. Adicionalmente houve a ocorrência do auto de infração contra a Celpe em 09/2011 no montante de R$ 213.546 mil decorrente de isenção aos clientes Rurais e Poder Publico. A Companhia reconheceu parcialmente a procedência do auto e recolheu o valor que entende ser devido. A diferença remanescente de 185.393 foi objeto de impugnação administrativa.

Na Coelba, refere-se à (i) Autos de Infração lavrados pela Secretaria Estadual da Fazenda questionando o aproveitamento de créditos do ICMS decorrentes da aquisição de bens utilizados na atividade da Companhia, à luz do que dispõe o Regulamento do ICMS/BA. A Companhia não concorda com a autuação imposta pelo Fisco estadual por entender que a utilização dos referidos créditos está em sintonia com as disposições contidas na Lei Complementar 87/96. Para tanto, a Companhia tem utilizado os meios de defesa necessários para anular o lançamento de ofício; (ii) Auto de Infração que realizou a glosa do crédito do ICMS aproveitado em decorrência da aquisição de bens de informática e móveis destinados ao ativo permanente. A Companhia entende que o crédito é legítimo, por isso, mantém impugnação na esfera administrativa; (iii) Auto de Infração lavrado contra a Companhia questionando a concessão da redução da base de cálculo do ICMS aos consumidores tipificados no artigo 80, incisos I, II e III do RICMS/BA. A Companhia interpôs impugnação administrativa ao lançamento de ofício, argumentando que a definição das classes de consumo dos consumidores segue as determinações da legislação regulatória e que tais procedimentos já foram ratificados pela própria SEFAZ/BA, mediante soluções de consulta acerca do objeto da autuação; e (iv) Autos de Infração lavrados pela SEFAZ/BA arguindo supostas divergências entre o imposto declarado no arquivo do Convênio CONFAZ nº115/03 e o valor recolhido informado no demonstrativo de apuração do ICMS. A Companhia protocolou defesa administrativa argumentando a inexistência de recolhimento a menor e apontando que as causas da divergência residem no próprio layout do programa gerador do Convênio 115/03, que não captura todas as operações realizadas pela Companhia. Nos autos da impugnação administrativa foram juntadas todas as comprovações que afastam quaisquer dúvidas quanto à integridade dos recolhimentos do ICMS realizados pela Companhia.

(b) ISS – Na Coelba refere-se a autos de infração lavrados por diversos municípios questionando o não recolhimento do ISS próprio e substituição tributária. A Coelba entende que as autuações não procedem, por isso, apresentou impugnação administrativa para anular os efeitos dos autos de infração. Apesar disso, a Companhia optou constituir provisão contábil para os casos carentes de jurisprudências convergentes à tese articulada na defesa.. Na Celpe, refere-se à discussão sobre a não-exigibilidade de

créditos relativos a autos de infração lavrados pela Prefeitura do Recife e algumas prefeituras de cidades do interior do Estado, exigindo ISS sobre serviços taxados e serviços prestados por terceiros. Na Cosern, refere-se a autos de infração lavrados pela Prefeitura de Natal e algumas prefeituras de cidades do interior do Estado, exigindo ISS sobre serviço prestado por terceiros.

(c) CPMF – Na Coelba, refere-se a auto de infração cobrando a CPMF sobre os pagamentos de tributos com vencimentos no período de setembro de 1998 a agosto de 2002, realizados através do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal). A Coelba procedeu à impugnação do auto de infração, juntando os extratos bancários que comprovam a incidência da CPMF sobre os pagamentos realizados. Entretanto o processo administrativo foi julgado procedente em primeira instância. A Coelba impetrou recurso para o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, em junho de 2007, e o processo encontra-se pendente de julgamento.

(d) CSLL – Na Coelba, refere-se ao Auto de infração lavrado pela Receita Federal questionando a exclusão da depreciação calculada sobre a correção monetária complementar (IPC/BTNF), na base de cálculo da CSLL. A Coelba interpôs impugnação administrativa defendendo a correção do procedimento adotado. Neste particular, as decisões judiciais proferidas tem sido favoráveis as contribuintes.

(e) IPTU – Na Coelba refere-se a demandas em esfera administrativa envolvendo cobrança de IPTU nos municípios de Salvador e Itabuna.

(f) REFIS – Refere-se à divergência no valor consolidado dos débitos declarados no parcelamento alternativo REFIS integralmente quitado em 03/05. No entanto, a Receita Federal alega que há saldo devedor em desfavor da Coelba. Objetivando evitar embaraços à suas atividades operacionais pelo cerceamento da concessão de certidões negativas, a Coelba utilizou os instrumentos judiciais cabíveis para suspender a exigibilidade do crédito tributário

(g) PIS/COFINS – Coelba - correspondem a (i) Auto de Infração lavrado pela Receita Federal, argüindo ausência de recolhimento das contribuições para o PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. A Coelba apresentou impugnação administrativa à referida cobrança e aguarda manifestação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF. Ressalte-se que a incidência do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras instituídas pela Lei 9718/98, foi objeto de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal; (ii) Indeferimento pela Receita Federal de pedidos de compensação de débitos fiscais com créditos de PIS e COFINS. A Companhia impetrou impugnação restabelecendo a suspensão da exigibilidade do crédito tributário; e (iii) COFINS - Auto de Infração lavrado em agosto de 2003 arguindo que a Coelba não observou as formalidade legais para realizar a compensação de créditos. Não obstante, a Companhia interpôs defesa judicial para assegurar a legitimidade da compensação realizada..

(h) COFINS – Refere-se ao processo judicial argüindo pela Cosern a exclusão da multa de mora do parcelamento da COFINS. A decisão do STJ não tem sido favorável à tese da denúncia espontânea em parcelamento de débitos. Na Coelba, refere-se ao Auto de Infração lavrado em agosto de 2003 questionando o pagamento dos débitos de COFINS, referente aos meses de novembro e dezembro de 1998 e janeiro a fevereiro de 1999. Esses valores foram compensados com crédito de IRRF, pleiteado através do processo 10580.007.291/98-41, porém não foi observado o rito formal de compensação que é a utilização da Declaração de Compensação. Não obstante a Coelba protocolou defesa judicial sob o argumento de que a forma não deve prevalecer sobre a essência, ou seja, o mero descumprimento de formalidades acessórias não deve prejudicar créditos fiscais legítimos (princípio da essência sobre a forma). Processo aguardando julgamento do mérito. Na Celpe, os procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, ainda estão em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

(i) IRPJ - Autos de infração contra a Celpe sobre lucro inflacionário acumulado, realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório, compensação e antecipação, todos ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.. Na Coelba, refere-se a auto de infração do ano-calendário 2003, motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. A Coelba interpôs impugnação administrativa sob o argumento que o procedimento adotado está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo COSIT n. 01/2002. Autos de infração na Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi e Termopernambuco, decorrentes da falta de retenção do IRRF incidente sobre os juros sobre capital distribuído para a Neoenergia. As controladas entendem ser indevida a sanção imposta pelo Fisco Federal, por entender que seu procedimento está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo n.º 01/2002. Adicionalmente, nas controladas Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi e Termopernambuco houve autos de infração decorrentes da não adição da despesa de ágio contabilizado no período de 2006 a 2010 nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. As controladas apresentaram impugnação, pois entendem que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos.

(j) INSS - Autos de infração em relação às contribuições sociais não recolhidas pelos prestadores de serviços. Na Coelba, referem-se notificações fiscais de lançamento de débito – NFLD lavradas pelo INSS decorrentes do instituto da solidariedade fiscal na contratação de serviços. A Coelba apresentou impugnação argumentando que a imputação do débito ao contratante somente deve ocorrer após constatado a inadimplência do devedor principal. No entanto, foi constituída provisão contábil referente aos casos em que a Coelba não dispõe das guias que comprovam o recolhimento das obrigações pelos prestadores dos serviços

(k) ITD - Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – Autos de infração lavrados pela SEFAZ/BA contra a Coelba cobrando o

recolhimento do ITD sobre a transferência de ativos de particulares para a concessão. A Coelba protocolou impugnação administrativa juntando manifestação do Superior Tribunal de Justiça contrária à incidência do referido imposto sobre essas operações

(l) CIDE - Autos de infração lavrados pela Receita Federal argüindo ausência de recolhimento da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE. A Coelba apresentou impugnação administrativa argumentando a inexistência de base legal na época em que ocorreram os fatos geradores. Processo encontra-se em curso no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

(m) Taxas diversas – Refere-se a notificações fiscais envolvendo taxa de licença para ocupação de áreas em vias e logradouros públicos e processos judiciais contra a cobrança da taxa de iluminação pública.

(n) Incentivo Fiscal Sudene – Coelba - corresponde à cobrança pela Receita Federal da multa de ofício exigida no processo de Representação Fiscal decorrente da falta de exclusão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido no cálculo do lucro da exploração.

(o) Outras – Diversos processos fiscais tais como, questionamento de consumidor contra a cobrança de tributos em conta de energia, honorários advocatícios de processos fiscais, etc. Inclui ainda procedimento resultante de autuação fiscal contra a Celpe, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a CSLL e outros tributos, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais e na Cosern referem-se a demandas em esfera administrativa ou judicial que envolvem matérias não enquadradas nas hipóteses anteriores, ou que digam respeito a mais de uma exação fiscal.

Ambiental

Contingência Ambiental	Ref.	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado 31/03/12	Valor Provisionado 31/12/11
Licença Ambiental		12.204	1ª, 2ª e 3ª	Provável	12.204	12.197
		38	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		12.243			12.204	12.197

A Itapebi firmou, em 21 de novembro de 2002, acordo com o autor da ação popular, impetrada em setembro de 2002, e com o IBAMA, visando definir a compensação adicional de impactos sócio-ambientais decorrentes da implantação da UHE Itapebi. As deliberações contidas no acordo compreendem, dentre outras: elaboração de estudos, regularização fundiária das unidades, elaboração de plano de manejo e proteção. Esse acordo foi valorizado em R$ 8.042 e provisionado no balanço de 31 de dezembro de 2002.

Como condicionante da licença de operação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, a ITAPEBI desenvolveu novos projetos definindo medidas ambientais

compensatórias da exploração do potencial hidrelétrico relacionadas à aquisição de terras, assessoria ambiental, assessoria jurídica, administração do meio ambiente, incluindo consolidação, monitoramento e proteção ambiental. O custo orçado destes projetos foi estimado em R$ 12.868 e encontra-se registrado contabilmente.

26. OUTRAS CONTAS A PAGAR

		Consolidado	
	Ref	31/03/12	31/12/11
Consumidores	(a)	62.049	67.506
Empregados - Adiantamento Acordo Coletivo		55	45
Plano de Saúde (Fundo de Reserva)	(b)	12.273	13.146
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		6.873	6.548
Empréstimos compulsórios - ELETROBRÁS		293	293
Convênios		133	169
Caução em Garantia	(c)	70.967	63.050
FGTS Conta Empresa		336	336
Encargos CBEE		1.842	1.868
Taxa Iluminação Pública - TIP	(d)	11.041	8.466
Adiantamentos recebidos	(e)	54.619	45.759
Devolução Recursos Eletrobras	(f)	12	70.189
Outras		14.760	16.604
Total		**235.253**	**293.979**
Circulante		190.708	256.917
Não Circulante		44.545	37.062

(a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(b) Fundo de Reserva constituído por contribuições sob a forma de pré-pagamento para o Plano de Saúde Bradesco da controlada Coelba, por parte da controlada e participantes (empregados ativos, empregados da FAELBA e assistidos - empregados inativos, aposentados e pensionistas), para atender as despesas futuras com a assistência médica (ambulatorial e hospitalar) e odontológica, de seus participantes (titulares e dependentes). O saldo é atualizado mensalmente pela variação de 100% do CDI.

(c) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas clausulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

(d) Taxa Iluminação Pública - TIP - Corresponde a valores arrecadados a serem repassados as Prefeituras.

(e) Adiantamentos recebidos – Referem-se principalmente a adiantamentos para execução de serviços técnicos como deslocamento de postes, de rede de distribuição e de linha de transmissão.

(f) Conforme estabelecido no Manual de Operacionalização Financeira do Programa Luz para Todos o resultado do processo de encerramento do crédito do Contrato ECFS-239/2008 e aditivo, aprovado pela Eletrobrás, MME e Coelba, resultou em saldo a ser devolvido, a título de restituição de adiantamentos de recursos de RGR e CDE. Os recursos a serem devolvidos estão atualizados pela taxa SELIC desde a data de aprovação do processo de encerramento do crédito até o dia do efetivo pagamento.

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, subscrito e integralizado é de R$ 4.739.025.

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte:

	Lote de mil ações	
	Ações Ordinárias	
Acionistas	Única	%
Iberdrola Energia S A	2.281.748	39,00%
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	1.301.396	22,24%
BB - Banco de Investimentos S A	701.327	11,99%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Carteira Livre I	1.566.165	26,77%
Total	5.850.636	100,00%

	R$ Mil	
	Ações Ordinárias	
Acionistas	Única	%
Iberdrola Energia S A	1.848.220	39,00%
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	1.054.133	22,24%
BB - Banco de Investimentos S A	568.076	11,99%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Carteira Livre I	1.268.596	26,77%
Total	4.739.025	100,00%

Reserva de lucro

Reserva de incentivo fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do trimestre, e posteriormente será transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

Por conta disso, as controladas Coelba, Cosern, Celpe, Itapebi e Termopernambuco formalizaram pleito à SUDENE e obtiveram o deferimento da redução do imposto de renda e adicionais, conforme a seguir:

Empresa	Laudo constitutivo nº	Redução
COELBA	0144/2005	75%
COELBA	0039/2002	25%
CELPE	0157/2010	75%
CELPE	0039/2002	25%
COSERN	0183/2010	75%
COSERN	0038/2002	25%
ITAPEBI	0307/2003	75%
TERMOPE	0118/2005	75%
TERMOPE	0119/2005	75%

A Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi e Termopernambuco apuraram, respectivamente no trimestre findo em 31 de março de 2012, os valores de R$ 32.258, R$ 10.814, R$ 11.608, R$ 9.691 e R$ 3.651 (R$ 35.872, R$ 10.121, R$ 858, R$ 0 e R$ 3.157 em 31 de março de 2011 respectivamente) de incentivo fiscal SUDENE, calculados com base no Lucro da Exploração. Conforme descrito na nota 4, em atendimento aos requerimentos da Lei nº 11.638/07 o efeito do benefício fiscal passou a ser contabilizado no resultado do exercício das controladas. As controladas excluem esse efeito para fins e cálculo dos dividendos, conforme permitido para Lei nº 11.638/07.

Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

A Lei das S.A. permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembléia Geral.

Em 31 de março de 2012, a Neoenegia mantém em seu patrimônio líquido Reserva de Retenção de Lucros, no montante de R$ 5.551.907 (R$ 5.551.907 em 31 de dezembro de 2011) a qual foi constituída de acordo com o artigo nº 196 da Lei das S.A, visando a realização de investimentos futuros.

Outros Resultados Abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração dos outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26 (IAS1), inclui os ganhos e perdas decorrentes da mensuração a valor justo do ativo indenizável (concessão) líquida dos efeitos tributários.

28. RECEITA BRUTA

		Consolidado	
	Ref.	31/03/12	31/03/11
Fornecimento de Energia	(a)	1.498.371	1.055.695
Receita de operação e manutenção		1.334.446	1.030.140
Remuneração financeira wacc		163.925	25.555
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	14.578	36.220
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	1.877.344	1.729.928
Receita de operação e manutenção		1.848.274	1.723.065
Remuneração financeira wacc		29.070	6.863
Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão		354.807	322.261
Outras Receitas	(d)	39.043	33.708
Total		3.784.143	3.177.812

(a) Fornecimento de energia

A Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

(*) Informações não auditadas.

	Consolidado					
	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R$ mil	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
Consumidores:						(Reclassificado)
Residencial	8.239.969	8.000.324	2.881.650	2.782.308	1.295.822	1.067.447
Industrial	38.040	39.778	1.294.920	1.512.918	423.018	430.071
Comercial	585.410	582.192	1.536.391	1.478.169	722.042	632.063
Rural	438.666	442.421	542.594	421.633	118.022	91.770
Poder Público	80.499	79.256	366.023	344.910	157.715	138.350
Iluminação Pública	26.841	26.235	327.954	341.579	74.675	70.720
Serviço Público	13.442	12.508	425.151	399.688	113.228	97.874
Consumo Próprio	705	670	8.221	8.217	-	-
Suprimento	142	163	2.577.525	2.185.929	201.810	84.334
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	27.887	(1.406)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo	-	-	-	-	(1.772.650)	(1.657.533)
Subtotal	9.423.714	9.183.547	9.960.429	9.475.351	1.361.569	953.690
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	136.802	102.005
Total	9.423.714	9.183.547	9.960.429	9.475.351	1.498.371	1.055.695

(*) Informações não auditadas

(b) Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Disponibilização do Sistema de Distribuição

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

		Consolidado	
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	Ref.	31/03/12	31/03/11
Tarifa de Uso do Sistema Elétrico de Distribuição		49.939	25.245
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Livre		54.754	47.150
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo	(1)	1.772.651	1.657.533
Total		1.877.344	1.729.928

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “tusd média” calculada a partir da tusd homologada para consumidores cativos.

(d) Outras receitas

	Consolidado	
	31/03/12	31/03/11
		(Reclassificado)
Renda da prestação de serviços	4.627	3.953
Arrendamentos e Aluguéis	14.299	11.343
Serviço taxado	4.311	2.720
Taxa de iluminação pública	4.041	3.794
Administração de faturas de fraudes	1.211	2.847
Comissão serviço terceiros	1.042	1.483
Multa Infração Consumidor	5.676	2.781
Outras receitas	3.836	4.787
Total	39.043	33.708

29. DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

As deduções da receita bruta têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Controladora		Consolidado	
Deduções da Receita Bruta	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
Impostos:				
ICMS	-	-	(651.578)	(554.970)
PIS	(13)	-	(57.661)	(50.019)
COFINS	(62)	-	(265.618)	(230.519)
ISS	-	-	(2.320)	(1.404)
Encargos Setoriais:				
Quota para reserva global de reversão - RGR	-	-	(29.447)	(23.898)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	-	(18.864)	(17.002)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	-	-	(100.170)	(90.897)
Programa de Eficientização Energética - PEE	-	-	(9.366)	(8.959)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	(3.744)	(3.578)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	-	-	(1.871)	(1.788)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	-	-	(6.661)	(6.276)
Encargos do Consumidor - PROINFA	-	-	(924)	(803)
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	-	-	(5.615)	(5.366)
Outros	-	-	(759)	(501)
Total	(75)	-	(1.154.598)	(995.980)

30. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Controladora	
	31/03/12	31/12/11
Pessoal	(1.126)	(879)
Entidade de previdência privada	(66)	(54)
Material	(3)	(9)
Serviços de terceiros	(1.411)	(775)
Depreciação e amortização	(795)	(493)
Arrendamentos e alugueis	(12)	(2)
Tributos	(21)	(89)
Outros	(417)	(1.863)
Total custos / despesas	(3.851)	(4.164)

	Consolidado				
	31/03/12				31/03/11
Custos / Despesas	Custos de Bens e Serviços Vendidos	Despesas com vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Total
Pessoal	(46.143)	(26.600)	(45.452)	(118.195)	(118.195)
Administradores	-	-	(2.208)	(2.208)	(1.848)
Entidade de previdência privada	(3.048)	(885)	(2.663)	(6.596)	(5.151)
Material	(5.425)	(399)	(556)	(6.380)	(6.638)
Combustível para produção de energia	(47.252)	-	-	(47.252)	(29.172)
Serviços de terceiros	(72.429)	(67.975)	(39.424)	(179.828)	(130.079)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica–TFSEE	(4.262)	(999)	-	(5.261)	(892)
Outorga da concessão pela utilização do bem público	(80)	-	-	(80)	(81)
Outorga da concessão pela utilização de recursos hídricos	(2.165)	-	-	(2.165)	(1.874)
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH	(3.398)	-	-	(3.398)	(868)
Energia elétrica comprada para revenda	(822.924)	-	-	(822.924)	(747.433)
Encargos de uso do sistema transmissão	(147.882)	-	-	(147.882)	(123.603)
Depreciação e amortização	(106.484)	(17.492)	(8.363)	(132.339)	(129.241)
Arrendamentos e alugueis	(1.284)	(235)	(1.919)	(3.438)	(2.807)
Tributos	(830)	(1.909)	(1.838)	(4.577)	(2.426)
Provisões Líquidas - PCLD	(37.257)	(94.188)	-	(131.445)	(3.882)
Perdas Conta a Receber/Consumidores	(9.982)	(21.406)	-	(31.388)	(17.039)
Provisões Líquidas - Contingências	(52.478)	52.478	1.799	1.799	(4.196)
Custo de construção da infraestrutura da Concessão	(354.806)	-	-	(354.806)	(322.261)
Alienação / Desativação de bens e direitos	-	-	(3.780)	(3.780)	(1.398)
Outros	(4.158)	(2.312)	(17.635)	(24.105)	(19.462)
Total custos / despesas	(1.722.287)	(181.922)	(122.039)	(2.026.248)	(1.668.546)

31. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas e despesas financeiras têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Controladora		Consolidado	
Receita Financeira	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
Renda de aplicações financeiras	74.712	78.561	109.816	105.542
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	3.561	2.304	47.720	28.796
Variação monetária	-	-	21.995	36.527
Variação cambial	-	-	28.415	10.758
Operações Swap	-	-	20.445	8.182
Outras receitas financeiras	-	-	9.407	12.089
Total	78.273	80.865	237.798	201.894

	Controladora		Consolidado	
Despesa Financeira	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
Encargos de dívida	-	-	(134.831)	(88.382)
Variação monetária	-	-	(33.804)	(51.973)
Variação cambial	-	-	(19.137)	(2.178)
Operações Swap	-	-	(36.108)	(24.145)
Multas Regulatórias	-	-	(18.045)	(11.678)
Outras despesas financeiras	(1.774)	(7.983)	(23.611)	(43.874)
Total	(1.774)	(7.983)	(265.536)	(222.230)

32. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

			31/03/12			31/12/11		31/03/2011
Empresas	Ref	Natureza de Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA		Juros sobre capital próprio	-	-	-	25.001	-	-
	(a)	Adiantamento - AFAC	2.402	-	-	2.402	-	-
		Aluguel/Comodato	83	-	249	78	11	234
			2.485	-	249	27.481	11	234
CELPE		Juros sobre capital próprio	20.083	-	-	20.083	-	-
		Debêntures - Aplicação / Emissão	161	-	-	1.081	-	-
		Aluguel/Comodato	50	-	150	47	-	141
			20.294	-	150	21.211	-	141
COSERN		Juros sobre capital próprio	-	-	-	4.411	-	-
		Debêntures - Aplicação / Emissão	30	-	-	201	-	-
		Aluguel/Comodato	17	-	51	17	-	51
			47	-	51	4.629	-	51
TERMOPERNAMBUCO		Juros sobre capital próprio	-	-	-	6.073	-	-
		Outros	-	-	-	2	-	-
			-	-	-	6.075	-	-
TERMOAÇU		Outros	429	-	-	-	-	-
			429	-	-	-	-	-
ITAPEBI		Juros sobre capital próprio	-	-	-	2.117	-	-
		Debêntures - Aplicação / Emissão	202	-	-	1.356	-	-
		Aluguel/Comodato	66	-	198	62	-	186
			268	-	198	3.535	-	186
GERAÇÃO CIII		Dividendos	5.352	-	-	5.352	-	-
			5.352	-	-	5.352	-	-
NC ENERGIA		Dividendos	29.252	-	-	29.238	-	-
		Juros sobre capital próprio	1	-	-	1	-	-
		Aluguel/Comodato	33	-	-	31	-	93
		Outros	-	33	99	343	22	86
			29.286	33	99	29.613	22	179
NEOENERGIA SERVIÇOS		Dividendos	2	-	-	2	-	-
		Juros sobre capital próprio	3	-	-	-	-	-
		Contrato de Mútuo	4.700	-	-	2.802	-	-
			4.705	-	-	2.804	-	-
GARTER		Contrato de Mútuo	-	-	-	2	-	-
			-	-	-	2	-	-
BAGUARI I		Juros sobre capital próprio	2.210	-	-	2.210	-	-
			2.210	-	-	2.210	-	-
BAHIA PCH I		Dividendos	10.364	-	-	10.364	-	-
		Contrato de Mútuo	-	-	-	20.970	-	-
			10.364	-	-	31.334	-	-
BAHIA PCH II		Outros	2.147	-	-	2.153	-	-
			2.147	-	-	2.153	-	-
BAHIA PCH III		Outros	1.211	-	-	1.207	-	-
			1.211	-	-	1.207	-	-
RIO PCH I		Dividendos	2.186	-	-	2.186	-	-
			2.186	-	-	2.186	-	-
NEOENERGIA INVESTIMENTOS		Juros sobre capital próprio	-	-	-	2	-	-
			-	-	-	2	-	-
GOIAS SUL		Contrato de Mútuo	750	-	-	750	-	-
			750	-	-	750	-	-
GERAÇÃO CÉU AZUL		Contrato de Mútuo	711	-	-	711	-	-
		Outros	2	-	-	2	-	-
			713	-	-	713	-	-
SE NARANDIBA		Dividendos	16	-	-	16	-	-
		Contrato de Mútuo	5.917	-	146	5.693	-	-
			5.933	-	146	5.709	-	-
PCH ALTO DO RIO GRANDE		Outros	2	-	-	2	-	-
			2	-	-	2	-	-

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Empresas	Ref	Natureza de Operação	31/03/12 Ativo	31/03/12 Passivo	31/03/12 Resultado	31/12/11 Ativo	31/12/11 Passivo	31/3/2011 Resultado
AFLUENTE GERAÇÃO		Dividendos	1.572	-	-	1.572	-	-
			1.572	-	-	1.572	-	-
AFLUENTE TRANSMISSÃO		Dividendos	4.415	-	-	4.415	-	-
		Outros	-	-	-	2	-	-
			4.415	-	-	4.417	-	-
BELOMONTE PARTICIPAÇÕES		Juros sobre capital próprio	-	-	-	4.765	-	-
			-	-	-	4.765	-	-
ÁGUAS DA PEDRA		Dividendos	9.614	-	-	9.657	-	-
			9.614	-	-	9.657	-	-
CIA. TELES PIRES		Outros	-	-	-	-	1.000	-
			-	-	-	-	1.000	-
ENERGY WORKS		Dividendos	4.584	-	-	4.584	-	-
			4.584	-	-	4.584	-	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL		Outros	-	17.415	-	-	-	-
			-	17.415	-	-	-	-
CALANGO 1		Contrato de Mútuo	-	-	16	660	-	-
			-	-	16	660	-	-
CALANGO 2		Contrato de Mútuo	-	-	16	660	-	-
			-	-	16	660	-	-
CALANGO 3		Contrato de Mútuo	-	-	12	508	-	-
			-	-	12	508	-	-
CALANGO 4		Contrato de Mútuo	-	-	12	508	-	-
			-	-	12	508	-	-
CALANGO 5		Contrato de Mútuo	-	-	12	508	-	-
			-	-	12	508	-	-
MEL 2		Contrato de Mútuo	-	-	193	7.823	-	-
			-	-	193	7.823	-	-
ARIZONA 1		Contrato de Mútuo	-	-	23	914	-	-
			-	-	23	914	-	-
CAETITÉ 1		Contrato de Mútuo	-	-	35	1.421	-	-
			-	-	35	1.421	-	-
CAETITÉ 2		Contrato de Mútuo	-	-	80	3.256	-	-
			-	-	80	3.256	-	-
CAETITÉ 3		Contrato de Mútuo	-	-	35	1.421	-	-
			-	-	35	1.421	-	-
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		Juros sobre capital próprio	-	17.566	-	-	32.253	-
			-	17.566	-	-	32.253	-
Iberdrola Energia S.A		Juros sobre capital próprio	-	26.183	-	-	48.068	-
			-	26.183	-	-	48.068	-
Fundo Mútuo Invest. em Ações Cart. Livre - BB Ações Price		Juros sobre capital próprio	-	8.050	-	-	14.774	-
			-	8.050	-	-	14.774	-
Fundo Mútuo Invest. em Ações Cart. Livre - BB Carteira Livre I		Juros sobre capital próprio	-	21.145	-	-	38.815	-
			-	21.145	-	-	38.815	-
521 Participações S.A.		Outros	15	-	-	15	-	-
			15	-	-	15	-	-

Empresas	Ref	Natureza de Operação	31/03/12 Ativo	31/03/12 Passivo	31/03/12 Resultado	31/12/11 Ativo	31/12/11 Passivo	31/03/11 Resultado
Banco Votorantin S.A.		Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	827	-
			-	-	-	-	827	-
BB - Banco do Brasil Investimentos S.A.	(e)	Aplicações Financeiras	437.065	-	-	253.692	-	-
	(d)	Empréstimos e Financiamentos	-	527.620	(14.897)	-	501.626	(2.377)
			437.065	527.620	(14.897)	253.692	501.626	(2.377)
Fundação Coelba de Previdência Complement. - FAELBA		Contribuição Patronal	-	-	(2.284)	-	-	(722)
			-	-	(2.284)	-	-	(722)
Celpos	(c)	Contrato de Mútuo	-	146.237	(8.365)	-	147.277	(11.241)
		Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	2.117	-
		Adiantamento fornecedores	-	202	-	-	-	-
		Contribuição Patronal	-	146.082	(1.330)	-	147.456	(756)
			-	292.521	(9.695)	-	296.850	(11.997)
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		Dividendos	-	156	-	-	156	-
		Juros sobre capital próprio	-	17.566	-	-	32.964	(1.677)
		Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	968	-
			-	17.722	-	-	34.088	(1.677)
Iberdrola Energia S.A		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	(2.996)
		Dividendos	-	579	-	-	579	-
		Juros sobre capital próprio	-	26.183	-	-	50.367	(649)
		Reembolso de despesa	34	5.659	(12.846)	34	4.339	-
			34	32.421	(12.846)	34	55.285	(3.645)
Fundo Mútuo Invest. em Ações Cart. Livre - BB Ações Price		Juros sobre capital próprio	-	8.050	-	-	14.774	-
			-	8.050	-	-	14.774	-
Fundo Mútuo Invest. em Ações Cart. Livre - BB Carteira Livre I		Juros sobre capital próprio	-	21.145	-	-	38.815	-
			-	21.145	-	-	38.815	-
521 Participações S.A.		Outros	15	-	-	15	-	-
			15	-	-	15	-	-
Amara Brasil	(b)	Prestação de serviço	-	262	2	-	-	(5)
	(b)	Prestação de serviço (almoxarifado)	-	211	(835)	-	951	(424)
			-	473	(833)	-	951	(429)
Performace Participações		Dividendos	-	-	-	-	1.305	-
			-	-	-	-	1.305	-
Outros Minoritários		Dividendos	-	13.411	-	-	12.207	-
		Juros sobre capital próprio	-	658	-	-	1.210	-
			-	14.069	-	-	13.417	-

(a) Referem-se aos adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados pela Neoenergia.

(b) Refere-se à administração e logística de almoxarifado prestado pela Amara às controladas do grupo Neoenergia, corrigido anualmente pela IPCA, com diversos contratos com vigência até 2011.

(c) Refere-se ao contrato de benefício da controlada Celpe com a Celpos, com vigência até dezembro de 2023, corrigido pelo INPC + 6% a.a.

(d) Contratos de Empréstimos e Aplicações Financeiras

Banco do Brasil – Nota de Crédito Comercial nº. 20/00863-5, com vencimento em 18 de abril de 2014, corrigido mensalmente com base no IRP.

Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial nº. 342.901.057, com vencimento em 24 de abril de 2015, corrigido mensalmente com base no CDI.

Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial nº. 20/00852-X, com vencimento em 14 de abril de 2014, corrigido anualmente com taxa efetiva de 12,149%.

Banco do Brasil – Contrato BB AGRO 1 com vigência até abril de 2014, corrigido pela taxa de juros de 12,149% a.a (com swap de 99,5% do CDI). Contrato BB AGRO 2 com vigência até janeiro de 2014, corrigido pela taxa de juros de 98,5% do CDI.

(e) Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado .

A Administração da Companhia entende que todas as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

A remuneração total dos administradores para o trimestre findo em 31 de março de 2012 é R$ 734 (R$ 799 em 31 de março de 2011) na controladora e no consolidado no montante de R$ 1.855 (R$ 2.016 em 31 de março de 2011), o qual é considerado benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e à Instrução CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais:

Em 31 de março de 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - são classificados como mantidos para negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Títulos e valores mobiliários - são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado.

- Contas a receber de clientes e outros - decorrem diretamente das operações das controladas, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Fornecedores - decorrem diretamente das operações das controladas e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

- Empréstimos, financiamentos e debêntures:

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) é considerado como item objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e está contabilizado pelo seu valor de mercado. O valor justo é calculado projetando os fluxos futuros da operação (ativo e passivo) utilizando o custo da ponta passiva do seu swap.

- ✓ Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de

fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas pré-fixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

- ✓ Debêntures em moeda nacional - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANDIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.

- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial - coerente com a política financeira do Grupo Neoenergia, são considerados como itens objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores de mercado. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando o custo da ponta passiva dos seus swaps.

- ► Instrumentos financeiros derivativos

- ✓ Operações com derivativos para proteção contra variações cambiais – tem por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e moeda nacional indexada a variação cambial, sem nenhum caráter especulativo.

- ✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Dessa forma, são considerados como instrumentos de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores de mercado. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando as curvas da BM&F e trazendo esses fluxos a valor presente utilizando o custo da ponta passiva dos seus swaps.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são como segue:

	Ativos (Passivos)			
	31/03/12		31/12/11	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	3.257.810	3.257.810	4.074.308	4.074.308
Títulos e valores mobiliários	1.309.839	1.309.839	477.344	477.344
Contas a receber de clientes e outros	2.816.239	2.816.239	2.976.315	2.976.315
Fundos Vinculados	75.254	75.254	75.075	75.075
Passivo				
Fornecedores	(837.009)	(837.009)	(870.046)	(870.046)
Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC)	(862.434)	(862.434)	(880.467)	(880.467)
Demais Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(3.975.308)	(3.975.308)	(3.961.150)	(3.961.150)
Debêntures em moeda nacional	(1.552.024)	(1.551.671)	(1.574.819)	(1.596.562)
Empréstimos, financ. e debêntures em moeda estrangeira	(307.043)	(307.043)	(313.288)	(313.288)
Instrumentos financeiros derivativos	(19.014)	(19.014)	(30.294)	(30.294)

A Companhia e suas controladas possuem instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial utilizando swap dólar para CDI, swap Euro para CDI e IGP-M e troca de taxa de juros utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- Foram contratadas operações de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

- Foi contratada operação de “hedge” para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC), de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

A política da do Grupo Neoenergia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

As operações de “hedge” são contratadas para a totalidade do endividamento em moeda estrangeira, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

Consoante facultado pela Deliberação CVM 604, que aprovou os pronunciamentos técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia e suas controladas contabilizaram os instrumentos derivativos de acordo com a metodologia de contabilidade de operação

hedge (hedge accounting). Por essa metodologia, os impactos na variação do valor justo dos derivativos utilizados como instrumento de hedge são reconhecidos no resultado de acordo com o reconhecimento do item que é objeto de hedge. Os hedges da Companhia e suas controladas foram avaliados como efetivos.

Os derivativos (instrumentos de hedge), e as dívidas em moeda estrangeira e o empréstimo Banco do Brasil (NCC), respectivos itens objeto de hedge, foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado a hedge e do item objeto de hedge foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Fatores de risco:

- ► Riscos financeiros

- ✓ Risco de variação cambial

  Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e das debêntures em moeda nacional indexadas a variação cambial captadas no mercado. A Companhia e suas controladas, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2011, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

  Coelba - No trimestre findo em 31 de março de 2012 a Companhia apurou um resultado positivo nas operações de “hedge” cambial no montante de R$ 10.228 (R$ 11.726, resultado negativo em 31 de março de 2011).

  Celpe - No trimestre findo em 31 de março de 2012 a Companhia apurou um resultado negativo nas operações de “hedge” cambial no montante de R$ 3.432 (R$ 18.880, resultado positivo em 31 de março de 2011).

  A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da taxa de câmbio do US$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia (devido às variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e no patrimônio líquido da Companhia.

		Efeitos	
	Variação na taxa do US$	No resultado	No patrimônio líquido
2012	-4,51%	527	527
2011	9,90%	(15.213)	(15.213)

- ✓ Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI e reduzir sua exposição a taxas pré-fixadas, contratou derivativo utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI. Ainda assim, a Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras constantes no lucro da Companhia.

		Efeitos	
	Aumento/redução em pontos base	No resultado	No patrimônio líquido
31/03/2012			
Ativos Financeiros			
CDI	(4)	(1.785)	(1.785)
SELIC	(4)	(1)	(1)
Passivos Financeiros			
CDI	(4)	1.049	1.049
IGPM	(85)	488	488
31/03/2011			
Ativos Financeiros			
CDI	(5)	(1.750)	(1.750)
Passivos Financeiros			
CDI	(5)	1.356	1.356
IGPM	110	(2.451)	(2.451)

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas.

As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia e de suas controladas revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

► Riscos operacionais

✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, as controladas monitoram as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida.

✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como conseqüência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

► Gestão do capital social

A Companhia e suas controladas promovem a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

A política financeira do Grupo tem como objetivo estar no primeiro quartil de empresas privadas no setor elétrico brasileiro com maior rating, através da manutenção dos seguintes indicadores:

Indicador	Definição	Limites
Dívida Líquida/ EBITDA	Reflete a capacidade de pagamento da dívida através da geração operacional de caixa da empresa medida pelo EBITDA no período de 1 ano	< 2,0 segmento de distribuição
Dívida de Curto Prazo / Dívida Total	Reflete a proporção da dívida que está concentrada no período no curto prazo (1 ano).	< 20% segmento de distribuição
EBITDA/ Despesa financeira líquida	Reflete a capacidade de pagamento do serviço da dívida da companhia.	> 3,5 segmento de distribuição

34. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas são internamente organizados principalmente como entidade jurídica. A Companhia agrupou os segmentos operacionais da seguinte forma: Distribuição, Geração, Transmissão, Comercialização e Administração central e outros.

A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca-lhes recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes.

	INFORMAÇÕES POR SEGMENTO													
	Distribuição		Geração		Transmissão		Comercialização		Administração Central e outros		Eliminações e Ajustes		Consolidado	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
RECEITA LÍQUIDA	2.439.653	2.121.447	326.150	289.819	7.018	6.251	112.676	110.824	6.948	5.154	(262.900)	(351.663)	2.629.545	2.181.832
CUSTO DO SERVIÇO	(1.730.007)	(1.502.769)	(159.242)	(182.262)	(2.003)	(1.754)	(89.268)	(104.546)	(4.667)	(4.067)	262.900	351.663	(1.722.287)	(1.443.735)
LUCRO BRUTO	**709.646**	**618.678**	**166.908**	**107.557**	**5.015**	**4.497**	**23.408**	**6.278**	**2.281**	**1.087**	**-**	**-**	**907.258**	**738.097**
Despesas com vendas	(181.922)	(102.790)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(181.922)	(102.790)
Despesas gerais e administrativas	(106.136)	(105.234)	(12.727)	(12.921)	(315)	(131)	(3)	-	(3.883)	(4.275)	1.025	540	(122.039)	(122.021)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(1.120)	177	-	-	898	(702)	341.006	317.089	(343.270)	(316.564)	(2.486)	-
(-) Provisão para desvalorização do Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização do Ágio	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.158)	(25.808)	-	-	(25.158)	(25.808)
IMPOSTOS	**421.588**	**410.654**	**153.061**	**94.813**	**4.700**	**4.366**	**24.303**	**5.576**	**314.246**	**288.093**	**(342.245)**	**(316.024)**	**575.653**	**487.478**
Receita financeira	137.632	105.787	19.139	13.223	1.022	1.052	2.060	866	78.527	80.965	(582)	1	237.798	201.894
Despesa financeira	(220.509)	(173.585)	(43.079)	(39.561)	(89)	(220)	(349)	(653)	(2.127)	(8.210)	617	(1)	(265.536)	(222.230)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE LUCRO	**338.711**	**342.856**	**129.121**	**68.475**	**5.633**	**5.198**	**26.014**	**5.789**	**390.646**	**360.848**	**(342.210)**	**(316.024)**	**547.915**	**467.142**
Imposto de renda e contribuição social	(55.345)	(49.406)	(23.674)	(10.243)	(631)	(608)	(8.115)	1.507	(58)	(628)	-	-	(87.823)	(59.378)
LUCRO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	**283.366**	**293.450**	**105.447**	**58.232**	**5.002**	**4.590**	**17.899**	**7.296**	**390.588**	**360.220**	**(342.210)**	**(316.024)**	**460.092**	**407.764**
Atribuível aos acionistas controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(70.395)	(47.484)	(70.395)	(47.484)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR SEGMENTO	**283.366**	**293.450**	**105.447**	**58.232**	**5.002**	**4.590**	**17.899**	**7.296**	**390.588**	**360.220**	**(412.605)**	**(363.508)**	**389.697**	**360.280**

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Reajuste tarifário 2012 Coelba, Celpe e Cosern

a.1) COELBA- Reajuste Tarifário 2012

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.282 de 17 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União do dia 20 de abril de 2012, homologou o resultado do Reajuste Tarifário anual da Companhia, em 10,73%, sendo 7,53% relativo ao reajuste econômico e de 3,19% relativo aos componentes financeiros, o que corresponde a um efeito médio de 6,57% a ser percebido pelos consumidores cativos.

As novas tarifas entrarão em vigor a partir do dia 22 de abril de 2012 com vigência até 21 de abril de 2013.

Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reajuste médio de 7,36%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residências e baixa renda, o aumento médio foi de 6,15%.

a.2)CELPE - Reajuste Tarifário 2012

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou na reunião pública de diretoria realizada em 24 de abril de 2012 o reajuste tarifário anual da Companhia de 7,71%, sendo 7,70% relativo ao reajuste econômico e de 0,01% relativo aos componentes financeiros, o que corresponde a um efeito médio de 5,41% a ser percebido pelos consumidores.

As novas tarifas entrarão em vigor a partir do próximo dia 29 de abril de 2012 com vigência até 28 de abril de 2013.

Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reajuste médio de 5,41%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residências e baixa renda, o aumento médio também foi de 5,41%.

A ANEEL deverá publicar no Diário Oficial da União Resolução Homologatória quanto ao resultado do Reajuste Tarifário anual da Companhia nos próximos dias.

a.3) COSERN -Reajuste Tarifário 2012

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº. 1.279, de 18 de abril de 2012, publicada no diário oficial da união de 20 de abril de 2012, fixou em 10,28% o índice médio de reajuste tarifário para a Companhia, sendo 9,70% relativos ao reajuste tarifário anual e 0,58% aos componentes financeiros.

O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores cativos é de 6,43% sendo 6,05% para os atendidos em baixa tensão (residências e outros) e 7,35% para os de alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande porte). As tarifas homologadas pela ANEEL estarão em vigor no período de 22 de abril de 2012 a 21 de abril de 2013